



BOLETIM Apamvet

ISSN 26750112 • VOLUME 14 • Nº 3 • 2023



XIV Encontro de Turmas da AExA

**ELEIÇÃO PARA DIRETORIA EXECUTIVA E CONSELHO FISCAL
DA ACADEMIA**

GATOS COM SENSIBILIDADES: SOLUÇÕES NUTRICIONAIS

60 ANOS DO CODEX ALIMENTARIUS

SUMÁRIO

Editorial	3
<i>In Memoriam</i> • Acadêmico Manuel Alberto S.C.Portugal	4
Secretaria da Apamvet informa • Eleição para diretoria executiva e conselho fiscal da academia paulista de medicina veterinária	4
“Pílulas” Veterinárias	5
Notícias • Ovos.....	7
• Das empresas	8
• Deputado federal, Pedro Lupion aponta Brasil como chave para alimentar o mundo	8
• JBS anuncia investimento de R\$ 15 bilhões no Brasil até 2026	10
• Bulgária relata surto de gripe aviária em fazenda comercial de produção de ovos ..	10
• Ibama apreende 1.730 cabeças de gado em operação	12
XIV Encontro de turmas • A Associação dos Ex-alunos da FMVZ/USP realiza o XIV Encontro de Turmas	12
Nutrição • Soluções nutricionais que podem auxiliar gatos com sensibilidades.....	14
Seções • 19 de novembro: Dia mundial do empreendedorismo feminino.....	15
• O codex alimentarius e a qualidade dos alimentos	16
• Para que serve o Conselho Profissional de Medicina Veterinária?	20
De olho na gramática	23
Normas para publicação	24

APAMVET Presidente - Arani Nanci Bomfim Mariana
Vice-presidente - Edgar Luiz Sommer
1º Secretário - Cristiano dos Santos Cardoso de Sá
2º Secretária - Helenice de Souza Spinosa
1º Tesoureiro - Zohair Saliem Sayegh
2º Tesoureira - Agar Costa Alexandrino Pérez

Conselho Fiscal Alexandre Jacques Louis Develey
Angelo João Stopiglia
Carlos Eduardo Larsson

Editoria Apamvet

Diretor Chefe Silvio Arruda Vaconcellos

Diretora Científica Helenice de Souza Spinosa

Comitê Editorial Arani Nanci Bomfim Mariana
Eduardo Harry Birgel
Angelo João Stopiglia
José César Panetta

Editor Alexandre Jacques Louis Develey

Redatores Acadêmicos da APAMVET

Jornalista responsável Regina Lúcia Pimenta de Castro (M. S. 5070)

Diagramação Gustavo Versiani | Mota Produções
Edição on-line publicacoes.apamvet.com.br

O Centro Nacional Brasileiro do ISSN atribuiu à publicação **Boletim APAMVET** o ISSN **2675-0112**. O ISSN poderá ser consultado diretamente no portal internacional do ISSN <<https://portal.issn.org/>>

Apoio Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo – CRMV-SP

Redação Academia Paulista de Medicina Veterinária
Avenida Arruda Botelho, 466 – apto.121
05466-000 – São Paulo/SP
Fone 11 3022 4744 - adeveley1937@gmail.com

Site: www.apamvet.com.br

Distribuição gratuita APAMVET Boletim é uma publicação oficial da Academia Paulista de Medicina Veterinária, dirigida aos médicos veterinários do estado São Paulo, cujo objetivo é informar sobre todas as áreas de especialização. Os trabalhos, comunicados, cartas, comentários, relatos de casos e demais matérias para publicação deverão ser enviados para o e-mail da Redação.

Dados internacionais de catalogação na publicação (CIP)

Boletim APAMVET / Academia Paulista de Medicina Veterinária. Vol. 1, n. 2, (2010) -- São Paulo: APAMVET, 2010 - .

v. il.; 21 cm.
Quadrimestral.
ISSN 2179-7110 (versão impressa)
ISSN 2675-0112 (versão online)
Endereço online: www.publicacoes.apamvet.com.br

1. Medicina veterinária. 2. Clínica veterinária. 3. Produção animal. 4. Medicina veterinária preventiva. 5. Saúde animal. 6. Saúde pública veterinária. I. Academia Paulista de Medicina Veterinária

CDD 636.089

CDU 619

Depósito Legal na Biblioteca Nacional, conforme Lei nº 10.944, de 14 de dezembro de 2004” Ficha catalográfica elaborada de acordo com o Código de Catalogação Anglo-Americano (AACR 2), pela Bibliotecária Tamara Cintra Leoni – CB-8/9453



Foto: XIV Encontro de Turmas da AExA

Caros amigos,

E estamos terminando a gestão 2021/2023, portanto elegeremos uma nova direção, que começará um novo ciclo da nossa Academia. Desejamos um trabalho profícuo aos novos Diretores e Conselheiros para que nossa casa tenha a voz e a credibilidade que lhe é devida e continue sendo um exemplo para a profissão e a guardiã da nossa história.

No último editorial deste ano, além de levarmos a vocês destaques de interesse da profissão, lamentamos a perda de mais um de nossos Acadêmicos. O Médico Veterinário Manuel Alberto S.C. Portugal que faleceu no dia 11 de novembro próximo passado. Profissional sério, íntegro, conhecedor profundo de seu campo de atuação e amigo leal que deixou muitas saudades.

Nesta edição, aproveitem mais uma vez, de nossas Pílulas Veterinárias selecionadas pelo nosso Acadêmico José Cezar Panetta. Ele destaca que:

Alguns cientistas estão propondo a classificação de certos alimentos como drogas. Veja o que diz a Prof.ª Alexandra Di Feliciani da Virginia Tech University.

O Ministério da Agricultura e Pecuária lançou o primeiro número da Revista da Defesa Agropecuária. Saiba seu propósito pelo ex- Secretário da Defesa Agropecuária José Guilherme Leal .

Interessante estudo publicado pelo American Journal of Preventive Medicine calculou que alimentos ultraprocessados provocaram 57.000 mortes por ano no Brasil.

Atualize-se! Os consumidores de proteína animal estão cada vez mais exigentes e querem saber a procedência da carne que consomem, por isso as empresas do setor estão valorizando os métodos de produção sustentável da carne.

Alerta! A tuberculose animal volta a preocupar os especialistas no assunto. Sabia sobre o encontro realizado pela Espanha e Portugal para combater a enfermidade.

O setor Pet continua aumentando o faturamento e ainda há espaço para crescimento.

Um fator preocupante na profissão, ainda é a qualidade dos cursos de graduação. Acompanhe o que nos apresenta a Comissão Nacional de Ensino do Conselho Federal de Medicina Veterinária.

Atenção! A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) colocou em vigor novas regras para rótulos de alimentos.

Cuidado com o negacionismo científico. Ele pode levar à vários prejuízos, desde ameaçar a saúde, até interferir na própria sobrevivência da civilização.

Sabemos que o Brasil ocupa posição importante na produção de alimentos e por isso, entra em um desafio para o futuro: haverá alimento suficiente para a população mundial?

Conheça as novas condições do Estado de São Paulo para evolução no Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa (PNEFA).

Em nossas notícias, a Nutricionista Lucia Endriukaite desvenda os mitos e verdades sobre a relação entre o ovo e o colesterol.

Entre as empresas, destacamos a Agroceres PI, que lançou o guia Valor Máximo da Carcaça, com a finalidade de oferecer suporte para maximizar o valor total da carcaça e a qualidade da carne suína.

Ainda tratando o Brasil como chave para alimentar o mundo, temos a entrevista que o Deputado Federal Pedro Lupion deu para a Gessulli Agrimídia sobre o agronegócio brasileiro.

Ligado ao plano de investimento da JBS, o vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços Geraldo Alckmin participou da inauguração de duas fábricas na Paraná e celebrou a iniciativa como um exemplo de neointustrialização.

A gripe aviária continua rondando propriedades comerciais pelo mundo. No Rio Grande do Sul, os pesquisadores estão investigando a morte de mamíferos marinhos por suspeita de gripe aviária para saber se existe a capacidade do vírus de sofrer mutação, ou se alguns animais contraíram a doença ingerindo aves contaminadas.

Conheça a importância do LANAGRO-SP de Campinas que vem se destacando como o único laboratório na América Latina habilitado para a confirmação de casos de gripe aviária.

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA) apreendeu 1.730 cabeças de gado no Pará. Saiba o destino desta operação e atualize-se com a legislação.

Veja o que conta nossa colaboradora Joana Vasconcelos sobre o XIV Encontro de Turmas promovido pela Associação dos ex-alunos da FMVZ/USP. Foi uma festa linda!

Sobre nutrição, nossa colega Letícia Tortola apresenta soluções nutricionais que podem auxiliar gatos com sensibilidades.

Para mais uma entrevista com mulheres veterinárias empreendedoras, nosso Acadêmico Angelo João Stopiglia convidou, desta vez, a Dra. Karina Yazbek para uma conversa. Não perca!

E para fechar nosso informativo, nosso acadêmico João Palermo Neto nos dá uma aula sobre o Codex Alimentarius e a Qualidade dos Alimentos.

Aproveitamos para desejar a todos Boas Festas de Final de Ano e um 2024 cheio de alegrias e realizações!

Acadêmica Arani Nanci Bomfim Mariana CRMV SP -1445

Presidente da Apamvet

Patronos e acadêmicos da Apamvet

1ª Cadeira	Patrono René Straunard Acadêmico Alexandre Jacques Louis Develey	13ª Cadeira	Patrono Euclides Onofre Martins Acadêmico Manuel Alberto da Silva Castro Portugal	24ª Cadeira	Patrono João Soares Veiga vaga
2ª Cadeira	Patrono Adolpho Martins Penha Acadêmico Waldyr Brandão 1º Acadêmico - † Acadêmico Vicente do Amaral	14ª Cadeira	Patrono Ângelo Vincenzo Stopiglia Acadêmico Benedicto Wladimir de Martin	25ª Cadeira	Patrono Quineu Corrêa Acadêmico Zohair Saleim Sayegh 1º Acadêmico - † Laerte Sílvio Traldi
3ª Cadeira	Patrono Leovigildo Pacheco Jordão Acadêmica Arani Nanci Bomfim Mariana	15ª Cadeira	Patrono Adair Mafuz Saliba Acadêmico Paulo Magalhães Bressan	26ª Cadeira	Patrono Décio de Mello Malheiro Acadêmica Mitika Kuribayashi Hagiwara
4ª Cadeira	Patrono Paschoal Mucciolo Acadêmico José Cezar Panetta	16ª Cadeira	Patrono Emílio Varoli Acadêmico Edgar Luiz Sommer 1º Acadêmica - † Hannelore Fuchs	27ª Cadeira	Patrono Paulo de Castro Bueno 1º Acadêmico - † Luiz Klinger dos Santos 2º Acadêmico - † Antonio Matera
5ª Cadeira	Patrono Ernesto Antônio Matera Acadêmico Eduardo Harry Birgel	17ª Cadeira	Patrono Sebastião Nicolau Piratininga Acadêmico José Luiz D'Angelino	28ª Cadeira	Patrono Carlos de Almeida Santa Rosa Acadêmico Sílvio Arruda Vasconcellos 1º Acadêmico - † Rufino Antunes Alencar Filho
6ª Cadeira	Patrono Mário D'Ápice Acadêmico Paulo Iamaguti 1º Acadêmico - † Waldyr Giorgi 2º Acadêmico - † Aramis Augusto Pinto	18ª Cadeira	Patrono Moacyr Rossi Nilsson Acadêmico Mário Nakano	29ª Cadeira	Patrono Plínio Pinto e Silva Acadêmico Masao Iwasaki 1º Acadêmico - † Vicente Borelli
7ª Cadeira	Patrono José de Fatis Tabarelli Netto Acadêmico Armen Thomassian 1º Acadêmico - † Raphael Valentino Riccetti	19ª Cadeira	Patrono Dinoberto Chacon de Freitas Acadêmico Angelo João Stopiglia 1º Acadêmico - † Feres Saliba	30ª Cadeira	Patrono Raphael Valentino Riccetti Acadêmico José de Angelis Côrtes
8ª Cadeira	Patrono Armando Chieffi Acadêmico José Orlando Prucoli 1º Acadêmico - † Renato Campanarut Barnabé	20ª Cadeira	Patrono Sebastião Timo Iaria Acadêmica Elma Pereira dos Santos Polegato 1º Acadêmico - † Luiz Braz Siqueira do Amaral	31ª Cadeira	Patrono Walter Maurício Corrêa Acadêmica Agar Costa Alexandrino Pérez
9ª Cadeira	Patrono Orlando Marques de Paiva Acadêmico Carlos Eduardo Larsson	21ª Cadeira	Patrono Uriel Franco Rocha Acadêmica Ivênia Luiza de Santis Prada	32ª Cadeira	Patrono Aramis Augusto Pinto Acadêmica Helenice de Souza Spinosa
10ª Cadeira	Patrono Oswaldo Domingues Soldado Acadêmica Maria Helena Matiko Akao Larsson 1º Acadêmico - † Olympio Geraldo Gomes	22ª Cadeira	Patrono Geraldo José Rodrigues Alckmin Acadêmico José Antonio Visintin 1º Acadêmico - † Hélio Ladislau Stempniewski 2º Acadêmico - † Flávio Massone	33ª Cadeira	Patrono Homero Moraes Barros Acadêmico Cristiano dos Santos Cardoso de Sá
11ª Cadeira	Patrono João Barisson Villares Acadêmico João Palermo Neto 1º Acadêmico - † Flávio Prada	23ª Cadeira	Patrono Romeu Diniz Lamounier Acadêmico Waldir Gandolfi	34ª Cadeira	Patrono Luiz Piccolo Acadêmico Aureo Evangelista Santana 1º Acadêmico - † Fernando José Benesi
12ª Cadeira	Patrono René Corrêa			35ª Cadeira	Patronesse Virginie Buff d'Ápice Acadêmica Edviges Maristela Pituco

As opiniões manifestadas nos artigos publicados nesta obra são da responsabilidade exclusiva dos respectivos autores.



Visite o site: www.apamvet.com.br
Edição on line - apamvet.com.br/publicacoes



Para obter os Boletins já publicados, acesse o site: publicacoes.apamvet.com.br/boletins

IN MEMORIAM

Manuel Alberto S. C. Portugal ★ 24 de agosto de 1930 † 11 de novembro 2023



Nasceu em Portugal, tendo imigrado com sua família para o Brasil em 1939. E, em São Paulo, formou-se na Faculdade de Medicina Veterinária da Universidade de São Paulo, para, na função de veterinário, aposentar-se no Instituto Biológico da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, onde ocupou os mais significativos cargos administrativos e funções técnico-profissionais e onde foi condecorado com honra ao mérito.

Na foto, junto com sua esposa numa “happy hour” da Apamvet.

Publicou vários livros, um deles, publicado em Portugal, “Ode à Viagem do Elefante” foi dedicado à sua família e a seus diletos mestres, sendo uma adaptação do romance com nome similar, de autoria de José de Sousa Saramago.

O presente livro, segundo seu autor acadêmico Manuel Alberto Portugal, aborda as peripécias vividas durante a

inusitada viagem de um elefante entre Lisboa e Viena, ora por terra, ora por mar e ora por via fluvial, apresentada sob a forma de poesia. É uma adaptação baseada no romance de José Saramago “A viagem do elefante”. Em alguns momentos foram introduzidos alguns excertos para que o trabalho não ficasse restrito apenas a uma simples compilação rimada.

Durante a sessão de encerramento da Reunião Anual do Instituto Biológico de 2010, realizada em São Paulo em maio, evento que tradicionalmente reúne pesquisadores, profissionais e estudantes em torno de questões emergentes da agropecuária paulista e brasileira, o acadêmico Manuel Alberto da Silva Castro Portugal, pesquisador científico aposentado no Instituto após trinta e cinco anos de trabalho ininterrupto, foi homenageado com a Medalha “Rocha Lima”, instituída pela Sociedade Paulista de História da Medicina, em comemoração ao cinquentenário da descoberta e caracterização da *Rickettsia prowazekii*, em 1966. A Medalha ROCHA LIMA e respectivo Diploma foram entregues por diretores do Instituto Biológico e membros da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Estado de São Paulo, durante sessão na qual imperou o espírito de reconhecimento e confraternização e da qual participaram ilustres pesquisadores já afastados do Instituto pela aposentadoria, amigos e colegas do Dr. Portugal.



sua carreira, iniciada na seção de Epizootias e, em seguida, na de Assistência Veterinária, sob a chefia do também acadêmico Luiz Braz Siqueira do Amaral para, depois, dirigir a seção de Bacteriologia Animal e a Divisão de Atividades.

Dr. Portugal, em seu discurso de agradecimento, enalteceu os antigos mestres, destacando Mário D’Ápice e Adolpho Martins Penha, ambos patronos da APAMVET. Rememorou

SECRETARIA DA APAMVET INFORMA:

Eleição para diretoria executiva e conselho fiscal da Academia Paulista de Medicina Veterinária

Em face do Edital de convocação para a realização de Assembleia Geral Ordinária Eleitoral, expedido pela Diretora-Presidente Arani Nanci Bomfim Mariana, para um mandato de três anos - 1º de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2026, marcada para o dia 06 de dezembro de 2023, na Associação dos Ex-alunos da FMVZ da USP, informamos que se inscreveu uma Chapa para a Diretoria Executiva e Conselho Fiscal composta pelos seguintes membros titulares

da APAMVET: Diretor-Presidente, João Palermo Neto; Diretor Vice-Presidente, Arani Nanci B. Mariana; 1º Secretário, Angelo J. Stopiglia; 2º Secretário, Helenice S. Spinosa; 1º Tesoureiro, Zohair Saliem Sayegh; 2º Tesoureiro, Cristiano dos Santos C. de Sá. Membros do Conselho Consultivo: Alexandre J. Louis Develey, Masao Iwasaki e José Antônio Visintin.

Maiores informações no LinkedIn em grupo APAMVET. OFICIAL..

VETERINÁRIA NA WEB

Acadêmico JOSÉ CEZAR PANETTA, Membro da APAMVET, Cadeira nº 04, Patrono Prof. Dr. PASQUAL MUCCILO.

josecpanetta@gmail.com

01. CIENTISTAS DESEJAM CLASSIFICAR ALGUNS ALIMENTOS COMO DROGAS.

Alguns cientistas, como a professora Alexandra Di Feliceantoni, da Virginia Tech University, estão propondo que alimentos com fortes conteúdos em calorias, gordura, açúcar ou sal, sejam classificados como drogas, por serem altamente viciantes. Afirmam que "são produtos estrategicamente projetados para fornecer substâncias que levam os consumidores, particularmente as crianças, a se tornarem dependentes".

Esses pesquisadores dão como exemplo a crise de obesidade nos Estados Unidos, em grande parte ligada à prevalência de alimentos ultraprocessados, acreditando-se que eles compõem cerca de 50% da dieta americana.

<https://catracalivre.com.br/saude-bem-estar/alimentos-que-cientistas-querem-classifica-los-como-drogas/>

02. MAPA LANÇA REVISTA DA DEFESA AGROPECUÁRIA.

Já está circulando o primeiro número da REVISTA DA DEFESA AGROPECUÁRIA, lançada pelo Ministério da Agricultura e Pecuária, cuja proposta, no dizer do ex-Secretário de Defesa Agropecuária, José Guilherme Leal, "é estimular e divulgar os trabalhos realizados no âmbito da defesa agropecuária no Brasil".

Assinale-se que no artigo de abertura, a revista apresentou interessante trabalho sobre encefalopatia espongiiforme bovina, no qual os autores relatam que a Rede de Laboratórios Federais de Defesa Agropecuária (Rede LFDA) está se preparando para que em futuro próximo sua unidade em Pernambuco, o LFDA-PE, passe a ser um laboratório de referência da Organização Mundial da Saúde Animal (OMSA), para identificação e classificação do agente priônico. Veja a revista completa e on line, acessando o link abaixo.

<https://online.fliphtml5.com/btjwl/zmha/#p=1>

03. ALIMENTOS ULTRAPROCESSADOS PROVOCAM 57 MIL MORTES POR ANO NO BRASIL.

Estudo realizado por pesquisadores da Universidade de São Paulo, da Fiocruz, da Universidade Federal de São Paulo e da Universidade de Santiago do Chile, e publicado no American Journal of Preventive Medicine, calculou pela primeira vez o número de mortes prematuras (entre 30 e 69 anos) associadas ao consumo de alimentos ultraprocessados no Brasil: são aproximadamente 57 mil óbitos por ano, com base em dados ainda de 2019.

<https://www.uol.com.br/vivabem/noticias/redacao/2022/11/07/estudo-consumo-de-ultraprocessados-provoca-57-mil-mortes-ao-ano-no-brasil.htm>

04. MÉTODO REVELA PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL DA CARNE.

O Brasil ocupa hoje a terceira posição no ranking dos países que mais consomem carne bovina da OCDE, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. O consumo médio é de 24,8 kg por pessoa no período de um ano. A proteína animal é fonte de alimentação importante no cardápio da população, porém se antes bastava ter a carne à mesa, agora é preciso mais, pois os consumidores querem saber a procedência da carne que consomem, ou seja, a produção dessa carne é sustentável?

Conscientes da pressão popular, da mídia e do mercado internacional, empresas do setor passaram a buscar tecnologias que permitam rastrear a carne, desde sua origem. A tecnologia oferecida por essas empresas, permite a transparência da cadeia da carne e oferece informações sobre a origem e o trajeto de um produto, do campo até o mercado, para ajudar o consumidor a conhecer melhor aquilo que tem em mãos, identificar as diferenças e valorizar as marcas produzidas com a preocupação de salvaguardar o meio ambiente.

https://imprensa.pressmanager.com.br/releases_detalhes?mcm_id=126016830&mcmkey=8615199b-9d474d8973259adfb102cfl_e&nl_id=6977982&nl_key=-49cb4a1c07b7be5622013fbdf0d633bb

05. ESPANHA E PORTUGAL SE UNEM PARA O COMBATE À TUBERCULOSE ANIMAL.

Encontro realizado na Universidade de Córdoba, na Espanha, reuniu especialistas dos dois países, com o propósito de tecer estratégias para o combate da tuberculose animal, que teve crescimento substantivo nos últimos anos. Serviu para reunir todos os setores implicados nessa luta, como pecuaristas, serviços veterinários, as respectivas administrações e gestão, assim como as instituições científicas e os laboratórios especializados, com o intuito geral de encarar o futuro de forma coordenada, única forma de lograr sucesso no combate à enfermidade.

<https://www.animalshealth.es/rumiantes/expertos-espana-portugal-reuniran-crear-sinergias-en-tor-no-tuberculosis-animal>

06. SETOR PET FECHA 2022 COM AUMENTO DE 14% DE FATURAMENTO.

Análise da Associação Brasileira da Indústria de Produtos para Animais de Estimação estima um aumento de 14% no faturamento do setor em 2022. A maior fatia ficou por conta do segmento pet food, que representou 73,9% do faturamento, seguido por pet serv (17,7% e pet care (8,4%). No mundo todo, o maior mercado ainda são os EUA, com 40,2% dos US\$ 124,6 bilhões totais.

<https://www.cnnbrasil.com.br/business/mercado-pet-de-ve-ter-crescimento-de-14-em-2022-projeta-instituto/>

07. QUALIDADE DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM MEDICINA VETERINÁRIA É PREOCUPAÇÃO CONSTANTE DO CFMV.

Como deve ser o perfil técnico do médico veterinário brasileiro do futuro? Essa é uma preocupação permanente do Conselho Federal Medicina Veterinária, através de sua Comissão Nacional de Ensino, segundo a qual a oferta de cursos na área teve um crescimento exponencial de 1.575%, saltando de 32 para 536 cursos em pouco mais de 40 anos, de acordo com dados obtidos no Ministério da Educação.

O mesmo levantamento aponta que a maioria dos cursos em funcionamento estão nas universidades privadas e com fins lucrativos (281). Entretanto, são essas mesmas instituições as que possuem menor avaliação no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE). Entre as 215 instituições analisadas pela comissão, a maioria é privada e recebeu notas (conceito) entre 1 e 3.

<https://www.crmv-mt.org.br/qualidade-dos-cursos-de-graduacao-e-preocupacao-da-comissao-nacional-de-ensino-da-medicina-veterinaria-do-cfmv-durante-cnp/>

08. EM VIGOR NOVAS REGRAS PARA RÓTULOS EM ALIMENTOS.

Desde outubro, estão em vigor novas regras para rótulos de alimentos no Brasil, para produtos lançados há um ano. De acordo com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), além de mudanças na tabela de informação nutricional, devem ser adotados alertas, na parte frontal da embalagem, sobre alguns nutrientes.

O objetivo das normas é melhorar a clareza e legibilidade dos rótulos dos alimentos e, assim, auxiliar o consumidor a fazer escolhas alimentares mais conscientes e adequadas às necessidades individuais. Ainda, a ANVISA fez as alterações após ter identificado que a forma de declaração das informações nutricionais nos rótulos dos alimentos não é compreendida pelos consumidores. Os produtos terão que apresentar informação simples sobre os nutrientes de relevância para a saúde, como o alto teor de açúcar adicionado e a quantidade de gorduras saturadas e de sódio.

<https://www.infomoney.com.br/consumo/anvisa-novas-regras-para-rotulos-de-alimentos-valem-a-partir-desta-segunda-veja-o-que-muda/>

09. URGE COMBATER O NEGACIONISMO CIENTÍFICO, SOB RISCO DE SE ATRASAR O DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO DO PAÍS.

Hernan Chaimovich, professor emérito do Instituto de Química da USP e ex-presidente do CNPq (Conselho Nacional de Pesquisa), tece comentários sobre os riscos provocados pelo negacionismo científico e o atraso e prejuízos

que ele poderá levar, não só para o avanço da própria pesquisa mas, sobretudo, para o desenvolvimento social e econômico do País. A comunidade científica, em especial a parcela preocupada com vacinas e mudanças climáticas, tem investigado o negacionismo e seus propagadores, uma vez que o crescimento desses movimentos pode ameaçar a saúde e até a própria sobrevivência da civilização como a conhecemos.

Chaimovich analisa o trabalho de Schmid e Betsch, *Effective strategies for rebutting science denialism in public discussions*, considerado um marco e segundo o qual os defensores da ciência podem responder à desinformação apoiando o ponto de vista científico com fatos científicos (refutação tópica) ou revelando as técnicas de negação da ciência (refutação técnica).

<https://jornal.usp.br/articulas/hernan-chaimovich-guralnik/acabar-com-o-negacionismo-um-bom-combate/>

10. POPULAÇÃO MUNDIAL ATINGE 8 BILHÕES DE PESSOAS: HAVERÁ ALIMENTOS SUFICIENTES?

A Organização das Nações Unidas anunciou, em 15 de novembro de 2022, que a população mundial atingiu 8 bilhões de pessoas. Esse aumento de pessoas encontra um mundo dividido sob vários aspectos, econômico, político e principalmente social. A pergunta que se impõe é se haverá comida suficiente para alimentar tanta gente.

O Brasil ocupa posição importante nessa questão, pois é um dos maiores produtores e exportadores de alimentos do mundo. Neste aspecto uma pergunta deve ser formulada: o País conseguirá aumentar sua produção, para atender a demanda mundial, respeitando o meio ambiente, de maneira sustentável, econômica e socialmente ética? Eis o desafio para o futuro da produção.

<https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/75085849/ciencia-e-tecnologia-tornaram-o-brasil-um-dos-maiores-produtores-mundiais-de-alimentos>

11. SÃO PAULO OBTÉM CONDIÇÃO ESSENCIAL PARA RETIRADA DE VACINAÇÃO CONTRA AFTOSA.

O Estado de São Paulo conseguiu comprovar melhorias no desempenho e qualidade do serviço veterinário, no âmbito da saúde animal, e obteve a nota necessária para evoluir no Plano Estratégico 2017-2026 do Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa (PNEFA). Dessa maneira, o Estado foi autorizado a substituir a vacinação por outras medidas de vigilância da doença.

https://www.linkedin.com/posts/activity-7003774903409639424-CN8?utm_source=share&utm_medium=member_android

Pensamento

“Homo homini lupus”

É o pensamento formulado por Thomas Hobbes (1588-1679), autor do clássico *Leviatã*, um ferrenho defensor do absolutismo, a frase “O homem é o lobo do homem”. A oração, metafórica, quer dizer que o homem é um animal que ameaça a sua própria espécie. O que a máxima sublinha é a capacidade destruidora do ser humano contra os seus.

A frase original, foi traduzida por Thomas Hobbes da obra *Asinaria* de autoria do dramaturgo romano Titus Maccius Plautus (254-184 a.C.) – Rebeca Fuks.

Apud Gil Reis -Consultor em Agronegócio - LeNews Notícias Email: lenews@lenews.com.br

NOTÍCIAS

Ovos



Entenda a verdadeira relação entre o ovo e o colesterol

A nutricionista Lúcia Endriukaite desvenda os mitos e verdades dessa relação.

No começo dos anos 70, após a American Heart Association estabelecer um limite de 300 mg de ingestão de colesterol por dia, o ovo foi taxado injustamente como um alimento nocivo à saúde, uma vez que sozinho possui 180 mg de colesterol, excedendo facilmente essa taxa quando somada a outras fontes de colesterol, gorduras saturadas e gorduras trans que completam nossa alimentação diária. Mas o que tem de verdade nessa história?

Para contextualizar, o colesterol é definido como um álcool que circula no sangue associado a um ácido graxo ou gordura para chegar ao seu destino como membranas,



sistema nervoso e afins. Entre suas funções no organismo estão a síntese de hormônios sexuais, vitamina D e secreção biliar. Além disso, o colesterol compõe as membranas celulares e tecido nervoso, por isso, é essencial para o bom funcionamento do organismo.

Considerando a importância do colesterol para organismo e que sua presença é fundamental, a gema naturalmente é fonte de colesterol pelo fato de que a partir do ovo, pode se gerar um novo ser. Entretanto, é importante saber que 70 % do colesterol que circula no organismo é produzido pelo fígado, justamente para dar conta de toda a demanda do corpo.

Com o avanço da ciência, temos cada vez mais estudos mostrando que o ovo não aumenta o risco de doenças cardiovasculares e de acordo com Di Marco e colaboradores, o consumo de 2 a 3 ovos por dia melhoram o HDL, o colesterol bom e ainda aumenta a luteína e zeaxantina sérica que tem uma função antioxidante.

Vale lembrar que a composição do ovo como fonte de proteína e colina além de todo o composto de vitaminas, minerais, carotenóides contribuem para uma alimentação saudável.

De toda forma, assim como tudo na vida é preciso ser balanceado, para a nutricionista, é fundamental a adoção de alimentação equilibrada composta também de verduras, legumes, alimentos integrais com redução de açúcares, frituras, gorduras saturadas e trans. “O ovo na forma cozido, pochê, mexido e frito sem o uso de óleo, são muito bem-vindos. É importante que a pessoa tenha uma orientação alimentar para ajustes no seu plano alimentar”, completa Endriukaite. Além disso, é importante ter a prática de algum tipo de atividade física, ter peso adequado, evitar bebida alcoólica e fumo, atitudes que melhoram a saúde e previnem doenças. Apud Agrimidia – Gessulli editores

Das empresas

Guia Valor Máximo de Carcaça - Agroceres PIC

A empresa acaba de lançar no mercado brasileiro, elaborado pela equipe técnica da Agroceres PIC, com o apoio da equipe de Ciência Aplicada de Carne da PIC, um guia que reúne e sumariza uma série de metodologias, avaliações, procedimentos e orientações técnicas, cuidadosamente organizados, para oferecer um amplo suporte de recomendações para otimizar o valor da carcaça e a qualidade da carne suína. De caráter científico e com foco na indústria, a publicação também discute conceitos e sistematiza conhecimento, fornecendo informações atualizadas sobre o valor total da carcaça e recomendações para seu gerenciamento. Estão compilados no guia não apenas os fundamentos clássicos, mas também as últimas descobertas científicas e orientações para sua aplicação prática nas plantas frigoríficas.

O “Guia Valor Máximo de Carcaça” foi criado com o propósito de auxiliar a cadeia suinícola a produzir com elevado nível de qualidade. Estão compilados na publicação a síntese dos melhores conhecimentos, tecnologias, e práticas de manejo utilizados pela indústria global para maximizar o valor total da carcaça e a qualidade final da carne suína”, explica Gustavo Lima, Supervisor de Serviços Técnicos e de Validação de Produtos da Agroceres PIC. “Esperamos, com o guia, disponibilizar conhecimento avançado e o que há de mais atual

em termos de produção e processamento de carne suína, contribuindo para que a indústria alcance novos patamares de excelência”, conclui.

Lançamento oficial



O guia Valor Máximo de Carcaça foi lançado no dia 23/10, em uma *web conference* que reuniu cerca de 150 pessoas, entre produtores, técnicos e representantes das principais agroindústrias brasileiras. Para obter o guia: o *Valor Máximo de Carcaça Agroceres PIC* já está disponível e pode ser solicitado junto à equipe da Agroceres PIC.

Deputado federal, Pedro Lupion aponta Brasil como chave para alimentar o mundo

Em entrevista à Gessulli Agrimídia, Pedro Lupion compartilha perspectivas e desafios do agronegócio brasileiro. Pedro Lupion compartilha perspectivas e desafios do agronegócio brasileiro e o papel da Frente Parlamentar na defesa dos interesses dos produtores rurais.

Com uma linhagem política que remonta a Moisés Lupion, ex-governador do Paraná e bisavô de Pedro, e o legado de seu pai, Abelardo Lupion, deputado federal por seis mandatos, o caminho de Pedro Lupion na política estava predestinado. No entanto, sua jornada, somada a herança política, foi uma busca ativa por preparação e expertise, adquirida pela formação em Comunicação Social, mestrado em Ciências Políticas na Espanha e especializações em Comunicação Política, campanhas eleitorais e Administração Pública nos Estados Unidos.

No cenário brasileiro, a figura do deputado federal se destaca como um elo crucial na defesa dos interesses dos produtores rurais e no impulsionamento do setor no país. Hoje, como presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), Pedro Lupion lidera a maior e mais coesa bancada temática do Congresso Nacional, com 349 deputados e senadores unidos em um propósito comum: proteger os interesses e direitos dos produtores rurais

brasileiros. Na entrevista, ele revela os principais objetivos que almeja alcançar durante seu mandato de 2023-2024, com ênfase na defesa do direito de propriedade dos produtores rurais e na busca pela segurança jurídica em meio a desafios como as invasões de terras e a questão do marco temporal.

Lupion também discute as oportunidades intrínsecas aos desafios enfrentados pelo agro brasileiro, destacando a capacidade do país de aumentar sua produção sem desmatamento adicional, graças à tecnologia e à produtividade. Além disso, ele ressalta a importância de desmistificar equívocos sobre a atuação dos produtores rurais e de promover a verdade sobre seu papel na preservação ambiental.

AI – Qual é o papel central desempenhado pela FPA no cenário político e no setor agropecuário brasileiro?

Pedro Lupion – A Frente Parlamentar da Agropecuária, nossa FPA, é a maior e mais coesa bancada temática do Congresso Nacional. Temos 349 deputados e senadores, todos imbuídos do mesmo objetivo: defender os interesses e direitos dos produtores rurais brasileiros, sem distinção. E assim temos feito, com reuniões semanais para unificar o discurso



Freepik

de nossa bancada, tratar das pautas e projetos que afetam os produtores no Congresso Nacional e receber ministros e autoridades para discutir temas relevantes aos produtores.

AI – Como presidente da FPA, quais são os principais objetivos que o senhor espera alcançar durante o biênio 2023-2024 em termos de apoio ao agronegócio brasileiro?

Pedro Lupion – Nosso principal objetivo, hoje, é garantir o direito de propriedade dos produtores rurais, que está inscrito em nossa Constituição e tem sofrido severas ameaças desde o início do atual governo. Primeiro, com as invasões de movimentos satélites do PT, como o MST, que, sob a falsa desculpa de “promover reforma agrária”, invadiram mais de 50 propriedades. Na verdade, o objetivo dos comandantes desses grupos é conseguir nomeações, cargos e mandar recado para o governo. Além disso, temos a questão do marco temporal, em discussão no STF. Entendemos que o marco é uma garantia de segurança jurídica aos produtores rurais. Sem ele, podemos assistir a um festival de laudos suspeitos surgirem, e inclusive cidades inteiras estariam ameaçadas de desapropriação. Terra Rôxa e Guaira, por exemplo, lá no Paraná, são dois exemplos. Seria um duro golpe contra a segurança jurídica no campo. Estamos tramitando o projeto que garante o marco temporal no Senado (PL 2309/2023). Começa a surgir, na Câmara, um clamor pela PEC 132, que trata de indenizações para pessoas que tenham terra desapropriada em razão de demarcação indígena. Além disso, temos outros temas importantes como o projeto dos pesticidas no Senado, o Licenciamento Ambiental, entre outros.

AI – O agronegócio brasileiro enfrenta desafios variados, desde questões ambientais até demandas de mercado internacional. Quais oportunidades o senhor enxerga nesses desafios?

Pedro Lupion – Já fui a eventos de grandes produtores rurais, nos Estados Unidos, que diziam que o Brasil era o único país capaz de duplicar e até triplicar a sua produção. Hoje, com a tecnologia, podemos ter essa produtividade sem a necessidade de desmatar novas áreas. Já somos um país capaz de gerar duas safras por ano. O que precisamos é destravar ainda mais o ambiente de negócios e o arcabouço

legal brasileiro, para que os produtores rurais possam obter recursos mais facilmente, o que já fizemos com as duas Leis do Agro de minha autoria (Lei 13.986/2020 e Lei 14.421/2022). Também é importante cuidarmos da legislação, garantir os direitos dos produtores, principalmente num país onde, infelizmente, ainda se dissemina a ideia errada de que o produtor rural é responsável por desmatamentos em série, queimadas e outros absurdos que vemos por aí. Vencer essa guerra de narrativas com a verdade, de que o produtor rural é o principal interessado na preservação ambiental, também é nosso papel.

AI – Como podemos encontrar um equilíbrio entre a busca por produtividade e crescimento no setor agropecuário e a necessidade de preservação ambiental?

Pedro Lupion – A legislação ambiental brasileira é uma das mais avançadas do mundo. Temos o Código Florestal, principal política pública nacional para a proteção da vegetação nativa em propriedades privadas. Trata de controle de desmatamento e queimadas, regulamenta a exploração florestal, cria o CRA e o PRA (Cadastro Ambiental Rural e Programa de Regularização Ambiental), entre outros avanços. O problema é que a segurança jurídica, aqui também, tem sofrido ameaças. Está em discussão no STF, a mudança no entendimento do Código Florestal sobre como o produtor pode compensar a área de Reserva Legal que ele porventura utilize para plantio. No Código, e na legislação de 17 estados e do DF, estão previstas formas de compensação. A Suprema Corte pode não só alterar esse entendimento, como deixar de reconhecer as compensações já feitas, o que geraria uma tremenda “dor de cabeça” a milhares de produtores pelo Brasil.

AI – Sobre as relações comerciais internacionais, quais estratégias o Brasil pode adotar para fortalecer sua posição no mercado global de produtos agropecuários?

Pedro Lupion – Tenho acompanhado a busca por novos parceiros desde o governo passado, com o trabalho excepcional da ministra Tereza Cristina, para abrir mercados na Ásia e África aos produtos brasileiros. Recentemente, visitei Japão, Coreia do Sul, China e Israel. Tive a oportunidade de conhecer a SIAL, feira de alimentos na China. Vi formas de uso de tecnologia israelense para irrigar e produzir alimentos e gerar energia no meio do deserto. Essa é uma forma de troca de experiências. Por outro lado, enfrentamos uma guerra de narrativas vinda, principalmente, de concorrentes europeus que tentam atacar a boa imagem do Brasil como produtor de alimentos. Declarações, ainda no governo passado, do então primeiro-ministro francês Emmanuel Macron, com ataques ao agro brasileiro por queimadas na Amazônia, são exemplos de como nossos concorrentes, que têm uma produção muito mais subsidiada que a nossa, tentam nos atacar. É preciso responder a isso com informação, inclusive para dentro de nosso próprio país, onde muitos veem o agro como vilão.

Extrato da entrevista de Camila Santos apud Gessulli Editores- Agrimidia

JBS anuncia investimento de R\$ 15 bilhões no Brasil até 2026

O vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, participou da inauguração de duas fábricas da JBS em Rolândia, no Paraná, na sexta-feira 27 de outubro.

As unidades, produtoras de empanados de frango e salsichas, receberam um investimento de R\$ 1 bilhão e estimam criar aproximadamente 4.500 empregos diretos e indiretos.

Alckmin destacou a importância do agronegócio para o crescimento econômico do Brasil e a estratégia de valor agregado da JBS, que busca “transformar produtos agropecuários em produtos sofisticados, agregando valor e conquistando novos mercados.”

Plano de investimento da JBS

As fábricas fazem parte do plano de investimentos anunciado pela JBS em 2019, no valor de R\$ 8 bilhões. A empresa



destaca que a planta tem capacidade para expandir ainda mais, podendo atingir 6.000 funcionários no futuro. “Esse projeto é importante para a JBS, em Rolândia, porque ele exemplifica a nossa estratégia de valor agregado de marca”, afirma Gilberto Tomazoni, CEO Global da JBS

Alckmin celebrou a iniciativa como um exemplo de neointustrialização que agrega inovação e sustentabilidade.

“Inovação na ponta da tecnologia, da digitalização, sustentabilidade pois os caminhões elétricos, utilizam energia renovável. Condições que confirmam a vocação do Brasil, agregando valor ao agro.

Em vez de exportar a soja ou o frango, fazer produtos ainda mais sofisticados, agregar valor, conquistar mercados”, afirmou o vice-presidente, após visitar as novas instalações, que ocupam parte do terreno de 257 mil metros quadrados e 54 mil de área construída do complexo.

— Geraldo Alckmin BR (@geraldoalckmin)

Bulgária relata surto de gripe aviária em fazenda comercial de produção de ovos



Na propriedade são criadas cerca de 395.000 galinhas, conforme declarado pela agência. A Agência de Segurança Alimentar da Bulgária confirmou um surto de gripe aviária em uma fazenda comercial de produção de ovos na cidade de Debelets, na região norte de Veliko Tarnovo. Todas as aves infectadas e aquelas que tiveram contato com as infectadas serão sacrificadas. Na propriedade são criadas cerca de 395.000 galinhas, conforme declarado pela agência em comunicado.

A Agência de Segurança Alimentar estabeleceu uma zona de prevenção de três quilômetros e uma zona de

vigilância de dez quilômetros ao redor da fazenda. Nas últimas três semanas, a fazenda produziu mais de 8 milhões de ovos, todos foram exportados, conforme relatado pelo proprietário da fazenda de aves, Kalina Shirokova, citado pela emissora de rádio nacional da Bulgária, a BNR. Na Romênia, o vírus H5N1 foi detectado em um bando de 120 aves de quintal na aldeia de Tiganesti, perto da fronteira com a Bulgária, causando a morte de 28 aves, disse o WOAHA, com sede em Paris, citando um relatório das autoridades romenas.

Romênia e Bulgária relatam gripe aviária enquanto a Europa enfrenta nova onda.

Órgão intergovernamental informou na semana passada que a Polônia, maior produtor de aves da União Europeia, havia detectado o vírus da gripe aviária H5N1 entre aves no norte do país.

Hungria registrou um surto de gripe aviária H5N1.



Foi descoberto um surto de gripe aviária H5N1 altamente patogênica em uma fazenda de patos na parte nordeste do país, aponta a Organização Mundial da Saúde Animal (OMSA) em um relatório publicado nesta quinta-feira (9)

O vírus foi detectado em uma fazenda no condado de Szabolcs-Szatmar-Bereg. As autoridades estão trabalhando para monitorar a situação.

Rio Grande do Sul: Investigação em andamento sobre a morte de mamíferos marinhos por suspeita de gripe aviária



Pesquisadores estão atualmente investigando as causas dessa mutação e a capacidade do vírus de afetar outros animais.

O governo do Rio Grande do Sul está conduzindo uma investigação relacionada à morte de 552 mamíferos aquáticos, incluindo leões-marinhos e lobos-marinhos, com a suspeita de gripe aviária. A Secretaria da Agricultura, Pecuária, Produção

Sustentável e Irrigação do RS atribui a doença a todos os animais encontrados mortos ou doentes. Mauro Moreira, presidente do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Rio Grande do Sul (CRMV-RS), expressa grande preocupação em relação à gripe aviária, particularmente para os setores produtivos do Brasil.

Moreira destaca que a preocupação aumenta devido à mutação que a doença sofreu, afetando agora não apenas aves, mas também mamíferos. Os pesquisadores estão atualmente investigando as causas dessa mutação e a capacidade do vírus de infectar outros animais. Suspeita-se que os leões e lobos marinhos possam ter contraído a doença por meio da ingestão de aves contaminadas. Além disso, os pesquisadores estão buscando entender se a gripe aviária está sendo transmitida por um mamífero.

Lanagro - Campinas



LFDA-SP é o primeiro Laboratório em Campinas (SP) referência para diagnóstico de gripe aviária na América Latina e único laboratório credenciado na América Latina pela Organização Mundial de Saúde Animal (OMSA) para realizar o diagnóstico da Influenza Aviária e da Doença de Newcastle.

O LFDA-SP tem se destacado como o único laboratório na América Latina habilitado para a confirmação de casos de gripe aviária, em meio a um cenário de crescente demanda. No decorrer deste ano, o número de amostras de casos suspeitos da doença aumentou impressionantes 17 vezes, com 138 testes positivos registrados.

Casos suspeitos de gripe aviária analisados pelo laboratório:

Janeiro a outubro de 2022:

32 ocorrências

Janeiro a outubro de 2023:

598 ocorrências (+1.768%)

Dos 138 casos confirmados, 135 ocorreram em animais silvestres e 3 em aves de subsistência. O Ministério da Agricultura, responsável pelo laboratório, assegura que não houve registro de casos em aves comerciais.

Ibama apreende 1.730 cabeças de gado em operação



O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) apreendeu mais de 1.700 cabeças de gado em uma terra indígena no Pará. O gado apreendido pelo Ibama foi doado à Agência de Defesa

Agropecuária do Estado do Pará (Adepara). Uma parte será abatida após inspeção por frigorífico licenciado.

O Ibama realizou a operação, batizada de Eraha Tapiro, na terra indígena Ituna Itatá, em Senador José Porfírio. O órgão informou que a TI Ituna Itatá é uma das mais desmatadas do Brasil e possui aproximadamente 142 mil hectares. Segundo o Ibama, a apreensão e retirada do gado vai facilitar a regeneração natural da região.

O restante do gado será encaminhado para quarentena, que envolve vacinação. Os animais são próprios para o consumo humano porque o abate segue critérios do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa). A operação contou com apoio da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), da Polícia Rodoviária Federal (PRF), da Adepara, da Força Nacional (FN) e da Polícia Federal (PF). A retirada do gado foi pacífica, segundo o Ibama. Os invasores fugiram.

O governo federal afirma que a operação é um importante passo para a preservação da TI Ituna Itatá. O povo Asurini do Xingu habita a terra indígena.

XIV ENCONTRO DE TURMAS

A Associação dos Ex-alunos da FMVZ/USP realiza o XIV Encontro de Turmas.

Joana Vasconcelos

No último dia 27 de outubro, a Associação dos Ex-alunos da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia – AeXA/ FMVZ/USP, sob a presidência do Prof. Dr. José Antonio Visintin realizou o XIX Encontro dos Ex-Alunos.

O evento é um dos objetivos da entidade que visa aproximar alunos formados na Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade de São Paulo; promover o encontro com aqueles que atuaram e atuam ainda na formação de estudantes; contribuir para o estabelecimento de novas relações profissionais; e, não menos importante, fortalecer os vínculos de amizade formados no ambiente acadêmico.

Nesta edição do Encontro, a diretoria da Associação ficou incumbida de proporcionar aos alunos egressos uma experiência única, uma vez que seria o reencontro pós período pandêmico o que acabou por causar distanciamentos nas relações.

Imbuídos desse objetivo, a diretoria encontrou um espaço aconchegante e que pudesse proporcionar uma experiência agradável aos egressos e seus convidados. E assim aconteceu!

Foram seis horas de festa em um ambiente especialmente preparado para o grande momento. Mais de 380 participantes foram recebidos com boas bebidas, música e cardápio pensado especificamente para a ocasião. O evento atendeu todas as expectativas dos participantes e da diretoria da AExA que

era o de promover o reencontro da FMVZ/USP, com os que fizeram e a fazem hoje.

Entre os presentes, ilustres professores que fizeram e fazem a FMVZ/USP uma das melhores faculdades da área da medicina veterinária avaliadas no Brasil e no mundo. Estiveram também por lá, egressos que ocupam lugares de destaque na indústria, em empresas e instituições de Ensino, e em postos de liderança em entidades e órgãos governamentais. Enfim, o evento também se mostrou um excelente espaço para network, sem deixar de cumprir a sua missão de confraternizar.

Tudo isso foi possível com a ajuda dos parceiros PremieRpet, Vetnil, Ipanema, MSD, Elanco, Polipet e La Pet Cuisine, aos quais ficam registrados os agradecimentos da Associação.

Na abertura do evento o diretor da Associação mencionou sobre a nova sede, sobre as atividades da entidade e sobre o papel importante desenvolvido com a ajuda dos egressos, para a manutenção de alunos em situação de vulnerabilidade social, no curso de Medicina Veterinária.

Anualmente, a entidade abre edital para seleção e concede bolsas que acompanham os alunos durante o período do curso ou enquanto perdurar a situação de excepcionalidade.

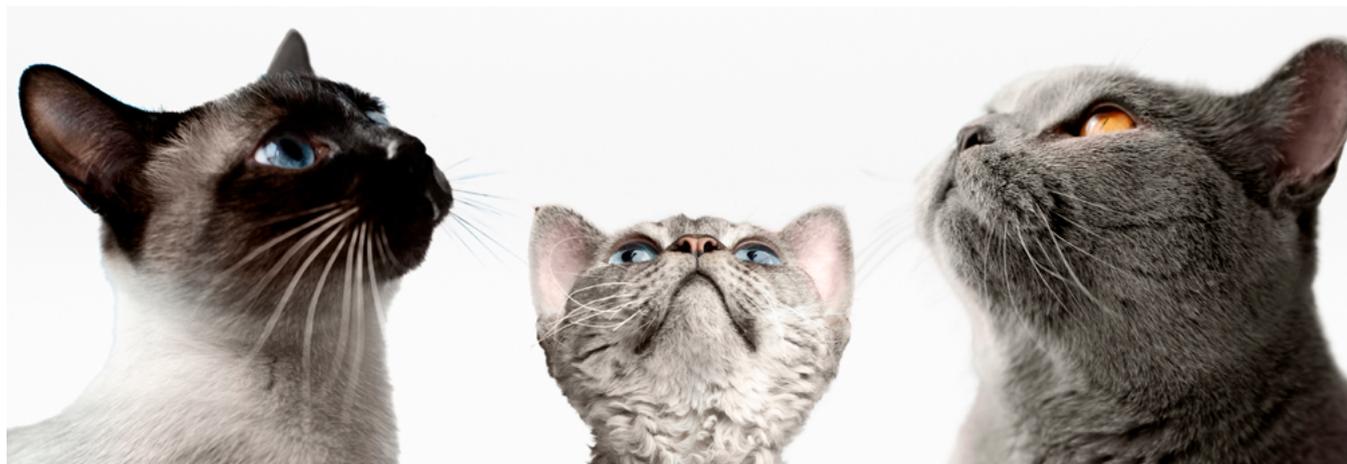
Foi também informado que a anuidade paga pelos egressos passará a ser voluntária para que todos possam fazê-la, na medida da condição de cada ex-aluno. Enfim a entidade mais uma vez inova e se adapta a necessidade de cada tempo.

Também prestigiaram o evento membros do Conselho Regional de Medicina Veterinária CRMV-SP e desta APAMVET.





Soluções nutricionais que podem auxiliar gatos com sensibilidades.



Freestock

Como a nutrição sob medida pode colaborar com a qualidade de vida de gatos com sensibilidades: Soluções nutricionais podem auxiliar pets com necessidades específicas e proporcionar bem-estar.

Algumas sensibilidades comuns em felinos, como predisposição ao ganho de peso, apetite aparentemente insaciável, propensão à formação de bolas de pelo, predisposição à formação de tártaro, sensibilidade digestiva e questões relacionadas à saúde da pele e da pelagem podem gerar desconforto e, em alguns casos, até mesmo complicações à saúde.

Gatos ligeiramente acima do peso, por exemplo, têm um risco aumentado de problemas de saúde graves, como diabetes. Além disso, a pelagem do gato também reflete a condição de saúde geral do felino, e bolas de pelo podem causar desconforto e, até mesmo, dificuldade de defecação e obstruções intestinais. Outro ponto importante se refere à sensibilidade digestiva que, se agravada, pode causar problemas gastrointestinais recorrentes, resultando em desconforto e má absorção de nutrientes essenciais.

O primeiro passo para o tratamento é o tutor reconhecer essas sensibilidades. Se notado que o gato está ganhando peso, implorando por alimento, regurgitando bolas de pelo, apresentando sinais de desconforto digestivo ou fezes amolecidas ou pelagem opaca, é importante buscar orientação de um Médico-Veterinário para que o cuidado seja realizado desde o início.

"Compreender que os pets são únicos e possuem necessidades individuais é essencial para garantir que tenham uma vida saudável e longa", comenta Letícia Tortola, Médica-Veterinária e Coordenadora de Comunicação Científica da Royal Canin Brasil. "Estamos comprometidos em ir além, não apenas oferecendo Saúde por meio da Nutrição, mas também compartilhando conhecimento, para que os próprios tutores possam identificar os primeiros sinais de sensibilidades em seus pets, além de conscientizá-los sobre a importância das visitas regulares ao Médico-Veterinário", complementa Letícia.

A alimentação pode ter um papel importante para apoiar essas condições de saúde e colaborar com uma vida mais saudável aos gatos. Um alimento adequado e formulado para atender as necessidades nutricionais específicas para cada tipo de sensibilidade pode contribuir, para a redução de tais ocorrências.

Priscila Coelho, tutora de gatos e consumidora de alimentos da empresa, refere que a experiência com o alimento Controle do Apetite foi acima do esperado. "Meus gatinhos adoram tanto a ração úmida quanto a seca. Foi muito fácil a transição da antiga ração para a nova, e cito esse ponto, pois já tive dificuldade quando precisei trocar de ração. Apesar de ser super palatável, não fez com que os gatos pedissem o tempo todo, justamente o contrário. Senti que ficaram mais saciados e demoraram mais para pedir alimento. Pretendo agora manter essa linha para ter melhor controle do peso dos meus gatos", conta.

Para ajudar os tutores com soluções alimentares especiais, a empresa desenvolveu a Linha Nutrição Saúde para Sensibilidade de Gatos. O portfólio conta com produtos desenvolvidos a partir de pesquisas e possui resultados comprovados para auxiliar na manutenção da saúde, agindo nos primeiros sinais de sensibilidade dos felinos. A linha conta com alimentos especificamente formulados para as sensibilidades mais comumente encontradas: Pele & Pelagem, Cuidado

Digestivo, Bolas de Pelo, Light, Controle do Apetite e Cuidado Dental, e são indicados para os gatos adultos de 1 até 12 anos, inclusive castrados. Além das versões secas, também conta com versões úmidas, com diferentes texturas, e são ótimas opções para o Mix Feeding, que combina alimentos úmidos e secos e torna a rotina alimentar do gato ainda mais saborosa e nutritiva.

Para mais informações sobre os alimentos da ROYAL CANIN® e as iniciativas sustentáveis da marca, acesse o site.

Informações - royal-canin@inpresspni.com.br



Freestock

19 de novembro: Dia mundial do empreendedorismo feminino



Mulheres veterinárias empreendedoras

Como membro do Conselho Editorial do Boletim da APAMVET - Academia Paulista de Medicina Veterinária - venho convidar Dra. Karina Yazbek, CRMV SP 12.418, para uma entrevista, a 4º sobre mulheres empreendedoras na Medicina Veterinária do São Paulo, sobre sua iniciativa ou iniciativas na profissão.

Angelo J. Stopiglia - Professor Emérito da FMVZ da USP - Depto. de cirurgia . APAMVET



1. AJS. Doutora Karina, como surgiu o seu interesse pela Medicina Veterinária?

KY. Desde pequena sempre falei que seria veterinária. Aos 3 anos de idade já falava que seria médica de bichos. Nunca pensei em outra profissão!

2. AJS. Há quantos anos é formada e qual os seus títulos de pós-graduação?

KY. Sou formada desde 1999. Fiz Residência em Clínica e Cirurgia de pequenos animais, com ênfase no Departamento de Cirurgia, junto ao HOVET da FMVZ-USP em 2000-2002, depois Doutorado Direto no Departamento de Cirurgia no Setor de Anestesiologia de 2002 a 2005 onde junto com a Profa Dra Denise Fantoni fundamos o Ambulatório de Dor e Cuidados Paliativos.

3. AJS. O seu empreendimento na Clínica Veterinária de pequenos animais, salvo engano meu, conta com uma sócia, a dra. Márcia Kahvegian, e diz respeito à clínica intensiva? Há outros integrantes?

KY. Em 2012, fundamos o All Care Vet que é hoje uma das principais Internações e Unidades de Terapia Intensiva 24 horas em São Paulo . Somos em 4 sócios: Márcia Kahvegian, Denise Simões, Ricardo Duarte e eu. Uma equipe multidisciplinar ! Márcia tem doutorado em Anestesiologia e é referência em cirurgias de grande complexidade e pacientes de alto risco, a Denise é clínica de pequenos animais na USP há mais de 30 anos e endocrinologista e o Ricardo mestre e doutor em clínica médica e gastroenterologia. Além disso, temos um grupo Médicos Veterinários Intensivistas e enfermeiros altamente treinados e capacitados para atender emergências e pacientes

de alta complexidade no All Care Vet . Somos realmente especializados em pacientes graves.

4. AJS. Em qual local a clínica fica situada e quais tipos de serviços oferece?

KY. O All Care Vet fica na Alameda dos Tupiniquins 1250 em Moema , São Paulo -SP. Oferecemos atendimento de emergência 24 horas, cirurgias, exames laboratoriais, exames de imagens como Raio X e ultrassonografias, transfusão sanguínea e de hemoderivados, aplicações de medicações, fluidoterapia enfim todo suporte que o veterinário encaminhado precisar com o paciente dele. Somos uma UTI e internação 24 horas para dar suporte ao colega veterinário que não tem esse serviço na clínica.

5. AJS. A colega, também, coordena curso de pós-graduação "lato sensu" em sua especialidade? Como vê o papel de tais cursos para a formação de novos especialistas?

KY. As faculdades estão com a carga horária cada vez mais reduzida e infelizmente a qualidade dos cursos de graduação está cada dia pior. Os veterinários recém formados saem despreparados para o mercado. Os cursos de pós-graduação lato sensu são necessários para suprir essa defasagem.

6. AJS. Existe a especialidade em sua área de atuação ou são provenientes da anestesiologia?

KY. Existem cursos de Medicina Intensiva sim. Marcia e eu coordenamos há 5 anos o da Anclivepa São Paulo.

7. AJS. Doutora, em face de consulta pública que o MEC está abrindo para cursos EAD, qual a sua opinião sobre esse tipo de atividade em Medicina Veterinária?

KY. Se o curso EAD tiver aulas práticas presenciais para suprir as necessidades dos alunos, eu concordo porque temos alunos do Brasil todo e os deslocamentos aéreos impedem muitas pessoas de fazerem os cursos. Mas somente as teóricas obviamente a distância. Deve ser pelo menos 50% presencial e prático.

8. AJS. Observo que a colega participa de eventos científicos com frequência. Qual a importância desta participação para a educação continuada ou aprimorando os médicos-veterinários?

KY. Fundamental para atualização, né? Sem isso ficamos defasados.

9. AJS. Doutora Karina, gostaria de tocar em mais algum assunto alusivo à profissão ou a sua área de especialização.

KY. Ah...eu amo minha profissão! Não seria feliz de outra forma. Me considero realizada e muito feliz! Meus pais sempre me disseram: faça o que gosta porque o sucesso e o dinheiro são uma consequência... é verdade!!!



O CODEX ALIMENTARIUS E A QUALIDADE DOS ALIMENTOS

João Palermo Neto

Professor Titular Emérito da FMVZ-USP
Membro *ad hoc* do painel de expertos a OMS
Membro da Academia Paulista de Medicina Veterinária

Vou fazer a louvação - louvação, louvação!

Do que deve ser louvado - ser louvado, ser louvado...

Louvando o que bem merece

Deixando o que é ruim de lado

Gilberto Gil

Comemora-se neste ano de 2023, os 60 anos de existência do *Codex alimentarius*, organismo da FAO/OMS para a saúde e alimentação. Embora muitos profissionais da cadeia agropecuária nacional dele tenham ouvido falar e sigam, talvez inconscientemente, seus padrões, normativas e diretrizes, poucos se dão conta de sua real importância no cenário da produção mundial de alimentos e, de forma muito especial, daqueles de origem animal produzidos em nosso país.

Há, pois, que celebrar a existência dos padrões alimentares Codex por que eles definem o caminho para uma alimentação segura para todos em todos os lugares.

Codex alimentarius é termo que vem do latim - Código alimentar; é o nome que se deu a um organismo responsável por traçar um conjunto de padrões alimentares adotado internacionalmente e apresentado de maneira uniforme. Os objetivos da publicação desses padrões alimentares são proteger a saúde do consumidor e garantir práticas leais no comércio internacional de alimentos. Orientam e estimulam, ainda, a elaboração e o estabelecimento de definições e exigências para alimentos de modo a promover sua harmonização e facilitar o comércio internacional.

Usados por governos e pela indústria de alimentos, os padrões do Codex orientam as legislações nacionais de segurança dos alimentos e garantem as melhores práticas de produção. Constituído, hoje por 188 países membros + União Europeia, por 283 organizações observadoras e 16 organizações das Nações Unidas, o Codex gerou 236 normas, 84 diretrizes, 56 códigos da prática, 126 níveis máximos de contaminantes em alimentos e mais de 10.000 padrões quantitativos, cobrindo níveis máximos de aditivos alimentares e limites máximos de resíduos (LMRs) de pesticidas e de medicamentos veterinários em alimentos. (Dados de fevereiro de 2023). O Quadro I mostra a cronologia de alguns fatos ligados à criação do *Codex alimentarius*.

Quadro I. Marcos temporais na história do Codex alimentarius da FAO/OMS.

1945	É fundada a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO).
1948	É constituída a Organização Mundial da Saúde (OMS).
1950	Começam as reuniões conjuntas de especialistas da FAO/OMS sobre nutrição, aditivos alimentares e áreas afins.
1953	A Assembléia Mundial da Saúde adverte sobre a ameaça à saúde pública de produtos químicos nos alimentos.
1956	Reunião conjunta de especialistas da FAO/OMS começa a avaliar a segurança de aditivos químicos e sua presença em alimentos.
1961	A Conferência da FAO decide estabelecer uma Comissão do <i>Codex Alimentarius</i> .
1963	A Assembléia Mundial da Saúde aprova o estabelecimento do Programa Conjunto de Padrões Alimentares da FAO/OMS e da Comissão do <i>Codex Alimentarius</i> .
1963	A Comissão do <i>Codex Alimentarius</i> realiza sua primeira reunião.
1985	A Assembléia Geral da ONU afirma que, sempre que possível, os governos devem adotar os padrões do <i>Codex Alimentarius</i> .
1991	A Conferência da FAO/OMS sobre Normas Alimentares reconhece a importância da ciência sólida e dos princípios de avaliação de risco.
1995	A Organização Mundial do Comércio (OMC) reconhece os padrões do <i>Codex alimentarius</i> como referência na resolução de disputas comerciais.
2023	A Comissão do <i>Codex Alimentarius</i> planeja realizar sua 46ª sessão, marcando 60 anos de estabelecimento de padrões.

O Brasil é membro do *Codex Alimentarius* desde 1968, sendo o Ministério das Relações Exteriores, via Departamento de Promoção do Agronegócio - DPAgro (Rebrasfao e Delbrasgen) o responsável por coordenar a participação de nosso país na Comissão do Codex Alimentarius (CAC), juntamente com as coordenações técnicas do INMETRO, do MAPA e da ANVISA no Comitê Codex Alimentarius Brasil (CCAB).

Três comitês do *Codex alimentarius*, cuidam mais diretamente das questões relacionadas à qualidade dos alimentos no tocante à presença de resíduos de substâncias químicas: *Codex Committee on Pesticide Residues* (CCPR), *Codex Committee on Residues of Veterinary Drugs in Food* (CCRVDF) e *Codex Committee on Food Additives and Contaminants* (CCFAC), envolvidos com a análise do significado toxicológico e com o estabelecimento de valores de referência toxicológica para praguicidas, para medicamentos veterinários e para aditivos alimentares e contaminantes em alimentos de origem animal, vegetal ou processados, respectivamente.

As normas do *Codex Alimentarius* são de aplicação voluntária, mas são utilizadas amplamente como referências para a elaboração da legislação nacional dos países. No Brasil, essas normas são muito utilizadas pela ANVISA e pelo MAPA, e o país é referência mundial na sua aplicação. O *Codex Alimentarius* é exemplo da importância do multilateralismo na consecução de normas sobre alimentos, em contraposição ao unilateralismo e à prática de adoção de normas discriminatórias ou protecionistas.

Qualidade dos Alimentos – Análises de Risco

Segundo o *Codex alimentarius*, “RISCO é a probabilidade de ocorrência de um perigo, sendo PERIGO um contaminante biológico, químico ou físico presente em um alimento e que possa causar algum tipo de dano à saúde dos consumidores” (1-3). No caso em tela, o perigo em análise é a possibilidade de contaminação de tecidos, de leite, de ovos e de mel por resíduos de medicamentos veterinários.

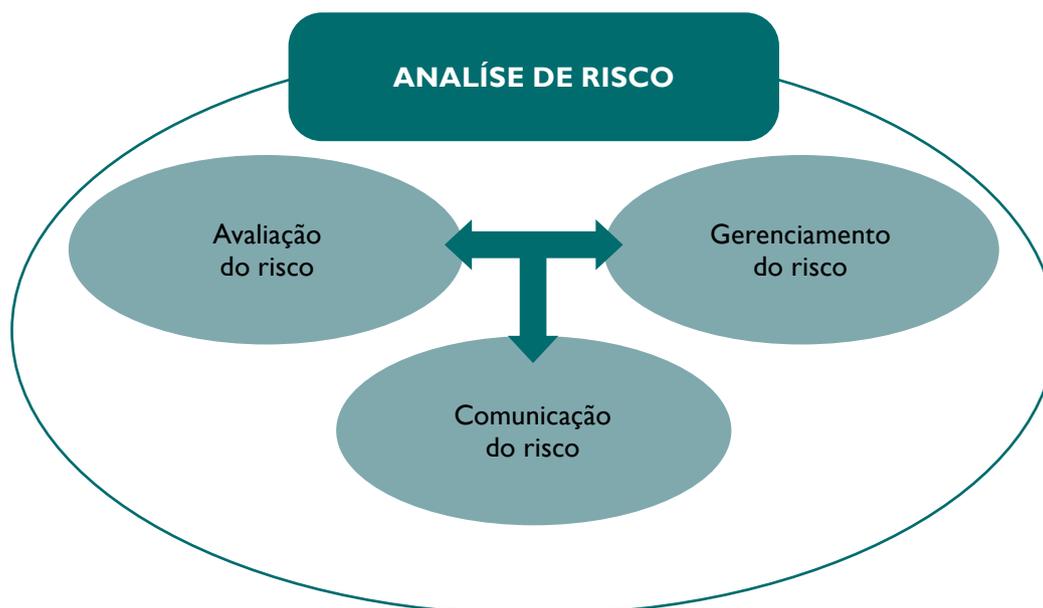
Em se tratando de contaminação residual de alimentos, há que entender que não existe risco ZERO. Haverá sempre alguma substância química presente nos alimentos, ainda que eles tenham sido produzidos de forma orgânica. A questão que se impõe é saber se o resíduo carrega maior ou menor

potencial para a produção de efeitos adversos nos consumidores. Estes efeitos vão depender do tipo do medicamento usado, de sua concentração no alimento e da via pela qual ele adentra o organismo; no presente caso, em se tratando de contaminação de alimentos por resíduos de medicamentos veterinários, a via é sempre oral. Em outras palavras, o risco de contaminação de produtos de origem animal por resíduos de medicamentos está relacionado aos níveis de ingestão considerados como seguros dos mesmos, ou seja, de concentrações residuais que sejam menores ou iguais aos Limites Máximos de Resíduos (LMRs) para eles estabelecidos pelo *Codex alimentarius* e internacionalizados pela ANVISA para uso em nosso país.

Saliente-se, pela relevância, que um IFA a ser usado em um medicamento veterinário não pode ser um carcinógeno genotóxico. De fato, não se pode estabelecer LMRs para IFAs que sejam reconhecidamente genotóxicos, pois ainda que do ponto de vista teórico, uma única molécula de resíduo poderia encontrar um DNA em divisão, desencadeando alterações que levariam à formação de tumores.

Desta forma, o gerenciamento científico da presença de resíduos de produtos veterinários em alimentos de origem animal requer que se faça um estudo para avaliar o risco que ele representa, ou seja, requer a realização de uma Análise de Risco. Segundo o *Codex alimentarius*, Análise de Risco é um processo que consiste em três componentes: avaliação do risco, gerenciamento do risco e comunicação do risco. Trata-se de um processo estruturado e sistemático que examina por meio de estudos toxicológicos e microbiológicos, os potenciais efeitos adversos representados por um perigo presente em um alimento e o desenvolvimento de opções para manejar este perigo. De relevância, inclui, ainda, uma comunicação interativa entre todas as partes envolvidas ou interessadas com o processo. A Figura 1 ilustra esta relação.

Figura 1. Componentes de uma análise de risco conforme o Codex.



Avaliação de risco é o processo científico que analisa os potenciais efeitos adversos que um perigo (resíduo de uma substância química) presente em um alimento representa para uma população. Esta etapa do estudo é dividida em quatro fases sequenciais: Identificação do perigo,

Caracterização do perigo, Caracterização da exposição e Caracterização do risco. Ela culmina com o estabelecimento dos chamados valores de referência toxicológica: NOAEL, DRfA, IDA toxicológica, IDA microbiológica e LMRs, definidos no Quadro 2⁽¹⁻⁴⁾.

Quadro 2. Parâmetros de referência toxicológica segundo *Codex alimentarius*.

NOAEL	<i>No Adverse Effect Level Dose</i> : a maior dose testada de um IFA que não produz efeitos adversos em animais de laboratório após uso crônico.
DRfA	<i>Dose de Referência Aguda</i> : a maior dose testada de um IFA que não produz efeitos adversos em animais de laboratório após uso agudo.
IDA	<i>Ingestão Diária Aceitável calculada toxicologicamente</i> : A maior quantidade ($\mu\text{g}/\text{pessoa}/\text{dia}$) de um IFA que pode ser ingerida por dia por uma pessoa.
IDA microbiológica	<i>Ingestão Diária Aceitável calculada microbiologicamente</i> : A maior quantidade ($\mu\text{g}/\text{pessoa}/\text{dia}$) de um IFA que se ingerida por dia por uma pessoa não interfere com os microorganismos da barreira intestinal natural de proteção (microbiota) e nem induz formas de resistência bacteriana.
LMR	<i>Limite máximo de resíduo</i> : a maior quantidade de resíduo de um IFA ($\mu\text{g}/\text{Kg}$) que pode estar presente em um produto de origem animal.

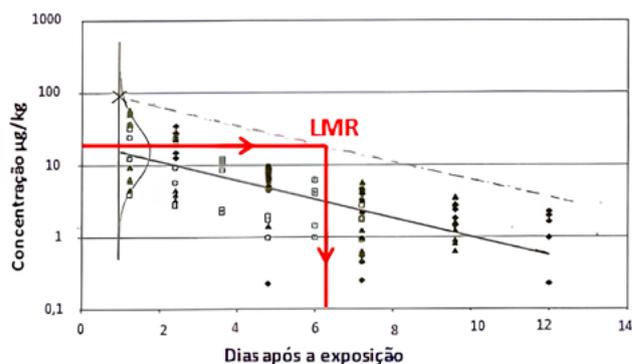
O gerenciamento do risco, por sua vez, difere totalmente do processo de avaliação. Trata-se da escolha de alternativas de manejo que possam ser usadas para minimizar a probabilidade de ocorrência de um perigo (contaminação residual de alimentos de origem animal). Esta escolha pode centrar-se em conclusões provenientes das Avaliações de Risco, isto é, ser cientificamente embasada ou derivar de opções de caráter político, econômico, social, comercial ou advindas de outras esferas que, uma vez justificadas, não necessariamente precisam ter respaldo científico⁽¹⁻⁴⁾.

Quando da avaliação ou do manejo do risco, espera-se que haja comunicação interativa entre as partes interessadas; isto é, troca de informações e opiniões entre os diferentes elos envolvidos com a questão da contaminação residual de alimentos por produtos de uso veterinário, ou seja: governo, indústrias farmacêuticas veterinárias, indústrias de rações, proprietários e detentores de animais, produtores e associações rurais, médicos veterinários, CFMV, CRMVs, consumidores, comunidade acadêmica e outras partes que possam ter interesse no assunto⁽¹⁻⁴⁾.

No Brasil cabe, por força de lei, à ANVISA estabelecer os LMRs para Insumos Farmacologicamente Ativos (IFAs); ela o faz incorporando, após análise crítica, os LMRs estabelecidos pelo *Codex alimentarius* ou por outros organismos internacionais de avaliação de risco como EMA, FDA, etc. Alternativamente e, conforme se lê na RDC 730/2022, a ANVISA tem condições de analisar e estabelecer valores de IDA e de LMR para IFAs que não tenham ainda sido contemplados em avaliações de risco efetivadas internacionalmente. As IN N° 162/2022 e N° 241/2023 trazem as IDAs e os LMRs fixados pela ANVISA para IFAs presentes em medicamentos veterinários em nosso país.

Também por força de lei, cabe ao MAPA fazer o gerenciamento de risco de resíduos de IFAs no Brasil, o que é feito, por meio do estabelecimento de períodos de carência para medicamentos veterinários, embasados na análise crítica de estudos de depleção residual do IFA em matrizes de origem animal (músculo, fígado, rim, gordura ou pele + gordura em aves e suínos, leite, ovos e mel). A Figura 2 mostra um estudo de depleção residual feito para o estabelecimento do período de carência de um medicamento veterinário em músculo bovino.

Figura 2. Determinação do período de carência por interpolação gráfica direta na curva de depleção residual de um IFA em músculo bovino.



A segurança do consumidor é confirmada pelo *Codex alimentarius* mediante determinação da exposição ao IFA no momento em que estabelece os LMRs para o mesmo e, pode ser atestada também quando do estabelecimento do período de carência para o medicamento que o contempla em sua formulação. Para isso, calcula-se a Ingestão Diária

Estimada (IDE) de resíduos pelo consumidor a partir de dietas modelo que empregam uma cesta de alimentos padrão contendo 300g de músculo, 100g de fígado, 50g de rim, 50g de gordura (ou pele+ gordura), 1.500mL de leite, 100g de ovos e 50g de mel. A quantidade ingerida a partir desta cesta padrão é, então, comparada à IDA, isto é, analisa-se a relação IDA/exposição. Por certo, a exposição

do consumidor deverá ser sempre menor que a IDA. O Quadro 3 exemplifica esta determinação para um IFA usado em bovinos, cuja IDA é 0 - 10µg/Kg ou 0 - 600µg/pessoa de 60Kg. Nesta análise, corrigiu-se a quantidade de resíduo extraída (dito resíduo marcador) pela quantidade total de resíduos do IFA presentes nas matrizes (quantidade extraída + não extraída)^(3,4,5).

Quadro 3. Determinação da Ingestão Diária Teórica Máxima (IDE) de um IFA no dia escolhido como de carência para o medicamento veterinário que o contém.

Tecidos	Concentração Residual mediana (µg/Kg) *	Cesta básica (g)	Ingestão pessoa/dia (µg)	Relação RM/RT	Ingestão diária estimada (IDE) (µg/pessoa/dia)
Músculo	60,5	300	18,15	0,8	22,68
Fígado	45,3	100	4,53	1,0	4,53
Rim	86,7	50	4,33	0,9	4,81
Gordura	125,8	50	6,29	0,7	8,98
Leite	70,40	1.500	105,6	0,9	117,33
Total					158,83
% da IDA					26,47%

*Onde RM/RT: resíduo marcador/ resíduo total Total:158,83

Observa-se pela leitura dos dados do Quadro 3 que a segurança do consumidor está garantida, vez que a quantidade passível de ingestão residual corresponde a 26,47% da IDA.

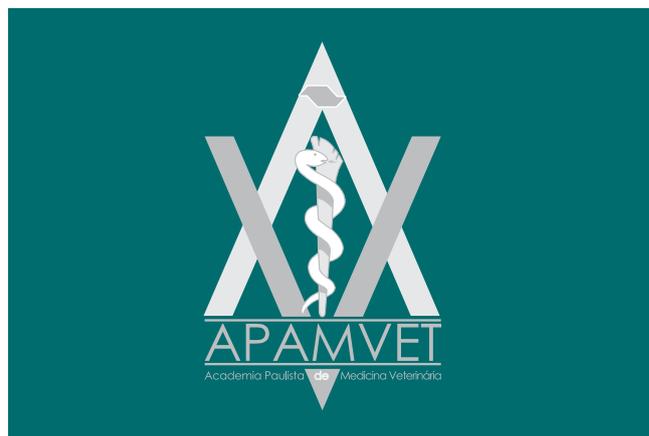
Neste contexto, quando o resíduo de um IFA tem elevada toxicidade aguda (DRfA < IDA) e/ou será usado pelas vias IM ou SC o *Codex alimentarius* recomenda que se junte a esta cesta de consumo as concentrações residuais presentes em 500g do local de aplicação e adjacências ^(4,5). A somatória deverá ser menor que a IDA.

Depreende-se, assim, que um complexo e demorado processo de avaliação de risco antecede a determinação dos LMRs pelo *Codex alimentarius* ou pela ANVISA; de igual forma, o processo de gerenciamento de risco feito pelo MAPA para o estabelecimento do período de carência de um medicamento veterinário tem custo elevado, envolve muito trabalho e muito tempo para ser realizado.

Desta forma, não basta apenas louvar o *Codex alimentarius* pelos seus 60 anos de existência; é preciso ressaltar a necessidade de compreender e respeitar na prática diária os padrões normativos que dele fluem incessantemente, obedecendo-os e garantindo que tenham a eficácia necessária para uma tomada tempestiva de ações protetoras. A legislação do Codex, não pode ficar no papel, ser sufocada pelo burocratismo; precisa ser incorporada ao dia a dia da produção animal pelo "sentido do dever cumprido". Afinal de contas, são os padrões Codex que têm garantido a qualidade das *commodities* de origem animal produzidas em nosso país, a segurança dos consumidores e a pujança do mercado nacional de produtos cárneos.

Referências

1. FAO/WHO (1995). *Application of risk analysis to food standards issues*. Report of a Joint FAO/WHO Expert Consultation, Genebra, Suíça.
2. FAO/WHO (1997). *Risk management and food safety*. Report of a Joint FAO/WHO Expert Consultation, Roma, Itália.
3. FAO/WHO (2009). Risk assessment and its role in Risk Analysis. In: Principles and Methods for the Risk Assessment of Chemicals in Food. *Environmental Health Criteria* 240, 2.1-2.14.
4. FAO/WHO 2012 Expert Meeting on Dietary Exposure Assessment Methodologies for Residues of Veterinary Drugs. Final Report, Rome, Italy.
5. VICH GL 48 (2009). Studies to evaluate the metabolism and residue kinetics of veterinary drugs in food-producing animals: Marker-residue-depletion studies to establish product withdrawal periods. EMA/CVMP/VICH/463199.



Para que serve o Conselho Profissional de Medicina Veterinária?



*Mitka Kuribahashi Higiwara (CRMV-SP 0521)
Conselheira Eleita CFMV Triênio 2023-2026
Professora Emerita FMVZ-USP*

Eis uma questão levantada pela maioria dos indivíduos que não estão afeitos a função, organização, regulação e controle das atividades profissionais das diferentes categorias existentes. Entende-se o desconhecimento por parte das pessoas que não estão diretamente envolvidas, afinal são leigos e na maioria das vezes apenas usufruem os benefícios e serviços propiciados por profissionais da categoria. Entretanto, passem, não são poucos os profissionais da própria categoria que desconhecem a função do Conselho Profissional ao qual estão ligados. Frequentemente não o distingue dos Sindicatos profissionais ou mesmo, das Associações dos profissionais dessa área. E fazem reivindicações totalmente descabidas aos Conselhos Profissionais aos quais estão forçosamente ligados para poder exercer a profissão merecidamente conquistada após anos de estudos, por puro desconhecimento da legislação vigente. O que na verdade é inadmissível. Quem tem licença para dirigir um veículo, certamente conhece o Código de Trânsito e as sinalizações existentes. Ao violá-los, recebe as notificações emitidas pelos órgãos de fiscalização, resmunga, amaldiçoa o órgão de trânsito, mas quita as multas correspondentes, se não o fizer, corre o perigo de ter a carta de condutor cassada!

Somos veterinários, vale a pena rever a nossa relação com o Conselho de Medicina Veterinária, ao qual, por força da Lei 5517 /1968 foi outorgada a incumbência de cuidar do grande rebanho médico veterinário em todo o território nacional no que diz respeito ao exercício profissional e à ética que deve permear toda a atividade do médico veterinário.

O que é o sistema Conselho Federal de Medicina Veterinária / Conselho(s) Regional (is) de Medicina Veterinária?

Por definição, o Conselho Federal de Medicina Veterinária é uma autarquia federal dotada de personalidade jurídica de direito público, com sede e foro no Distrito Federal e jurisdição em todo o território nacional. Já os Conselhos Regionais, também criados pela mesma Lei e posteriormente regulamentados pelo CFMV, estão sediados nas capitais dos Estados, no Distrito Federal e nos Territórios. Cada Conselho Regional é dotado de personalidade jurídica de direito público, porém está vinculado de forma descentralizada ao órgão central quanto às funções precípua previstas na Lei Maior que criou o sistema; tanto o CFMV quanto os CRMV(s) possuem autonomia administrativa e financeira, não havendo interferência do CFMV nesses quesitos, exceto em casos especiais. Na questão financeira, são auditados pelos respectivos Tribunais de Contas.

Qual o propósito da criação e da existência do sistema CFMV/CRMVs?

A profissão de médico-veterinário foi regulamentada em 09 de setembro de 1933, por meio do decreto no. 23.133, tornando obrigatório o registro do diploma, o qual a partir de 1940 passou a ser registrado, na Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário do Ministério de Agricultura, responsável também pela fiscalização do exercício profissional. Em 1968, com a publicação da Lei 5.517 que dispôs sobre a profissão e o exercício profissional, foram criados o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Medicina Veterinária, transferindo-se para a própria classe a função fiscalizadora que estava até aquele momento, sob a responsabilidade do Ministério da Agricultura.

A Lei minuciosa as atividades que se constituem em competência privativa do médico-veterinário, além de outras em que o envolvimento do médico-veterinário se faz necessário ou pode estar presente e explícita as atribuições legais transferidas ao órgão de classe.

Art 7º A fiscalização do exercício da profissão de médico-veterinário será exercida pelo Conselho Federal de Medicina Veterinária, e pelos Conselhos Regionais de Medicina Veterinária, criados por esta Lei

Art 8º O Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV) tem por finalidade, além da fiscalização do exercício profissional, orientar, supervisionar e disciplinar as atividades relativas à profissão de médico-veterinário em todo o território nacional, diretamente ou através dos Conselhos Regionais de Medicina Veterinária (CRMV).

Art 9º O Conselho Federal, assim como os Conselhos Regionais de Medicina Veterinária servirão de órgão de consulta dos governos da União, dos Estados, dos Municípios e dos Territórios, em todos os assuntos relativos à profissão de médico-veterinário ou ligados, direta ou indiretamente, à produção ou à indústria animal.

Assim por mais antipática que seja e quiçá, malvista pelos médicos-veterinários, a função primordial do Conselho Federal / Conselhos Regionais é a de regulamentar e fiscalizar o exercício profissional de forma que a medicina veterinária seja reconhecida pela sociedade como uma profissão ímpar nos cuidados com a saúde e bem-estar animal, contribuindo direta ou indiretamente para a manutenção da saúde humana e da saúde ambiental. E que os profissionais médicos-veterinários sejam conhecidos e respeitados pela sua alta capacitação técnica e pela ilibada ética profissional.

Para exercer em plenitude as atribuições conferidas pela lei 5.517, o sistema CFMV/CRMV

fiscaliza a conformidade e a estrita aderência das atividades profissionais e dos estabelecimentos às normas previamente estabelecidas; por outro lado procede ao constante aperfeiçoamento da legislação face ao dinamismo da profissão, impulsionado pelos avanços tecnológicos e pelas mudanças sociais. Os instrumentos legais anteriormente publicados são periodicamente revistos e atualizados e novas resoluções são criteriosamente produzidas para nortear as atividades profissionais. Pela alta competência dos profissionais atuantes nas diferentes áreas de atividades específicas da profissão ou em outras áreas afins, o Conselho Profissional constitui-se em celeiro de intelectos que são amiúde consultados pelos diferentes órgãos públicos e a iniciativa privada para contribuir e participar na elaboração de normas, projetos, planejamentos estratégicos e outras atividades relacionadas a saúde animal, saúde pública, produção e indústria animal.

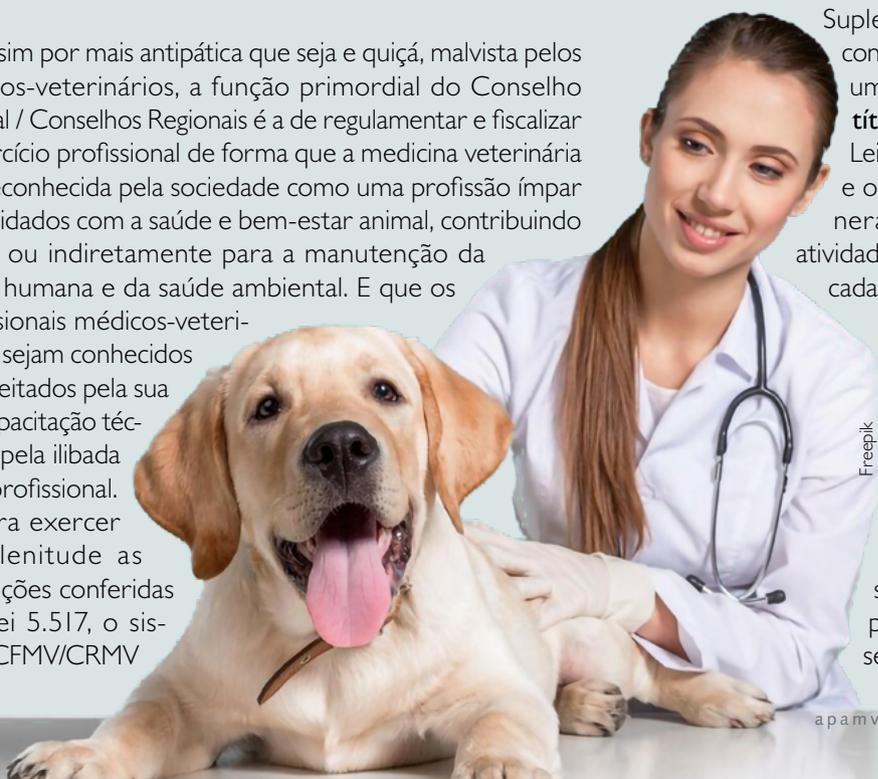
Organização financeira do CFMV e dos CRMVs

Basicamente os recursos financeiros para a manutenção do sistema são oriundos da expedição das carteiras profissionais, das anuidades, das multas aplicadas em conformidade com a Lei 5.517, certidões emitidas, taxas de inscrição e anuidades das pessoas jurídicas e entidades que exercem atividades peculiares à Medicina Veterinária e dos próprios médicos-veterinários registrados nos CRMVs, previstas nos artigos 5º e 6º da referida Lei e que estão obrigados a se registrarem nos Conselhos Regionais da região onde funcionam, de doações e subvenções previstas na legislação em vigor. Três quartos do valor arrecadado permanecem na Regional para a manutenção do seu corpo administrativo e fiscalizador e atividades um quarto deve ser repassado ao CFMV. Todos os funcionários são admitidos mediante concurso público. Quanto aos membros da Diretoria e do corpo de Conselheiros do CFMV e dos CRMVs (quatro membros da Diretoria, seis Conselheiros Efetivos e seis Conselheiros

Suplentes, respectivamente) eleitos em conformidade com a Lei 5.517/1968 para um mandato de três anos, exercido a **título honorífico** (artigo 15 da referida Lei). Portanto os membros da Diretoria e os Conselheiros não recebem remuneração pelo tempo dispendido nas atividades burocráticas e deliberativas dedicadas ao Conselho, Federal ou Regional.

Isto quer dizer que as despesas decorrentes das atividades exercidas tais como transporte, locomoção, alimentação além do tempo dedicado a resolução dos assuntos específicos, também não são ressarcidas?

Em parte. Existe um complexo sistema de ressarcimento das despesas efetuadas para participação em sessões plenárias, representação em



Freepik

eventos e reuniões. São providas diárias para os membros das comissões que participam das atividades oficiais, convocados pelo Presidente, cujos domicílios residenciais se encontram situados a distância superior a 50 km da sede do Conselho. Não se aplicam aos residentes em uma distância menor que a determinada. Essa desigualdade de tratamento entre os pares foi em parte compensada com a Resolução 1.566 de 27 de outubro de 2023 que normatiza “o pagamento de auxílio de representação aos membros dos Conselhos Federal e Regionais de Medicina Veterinária e colaboradores eventuais com o objetivo de indenizar os gastos e o tempo dispendidos com atividades político-representativas, de gerenciamento superior e judicantes de interesse do Conselho, realizadas dentro ou fora das dependências da autarquia”.

O que o Conselho pode fazer pelos médicos veterinários e a Sociedade?

A relação médico-veterinário/tutor de um animal nem sempre transcorre de uma forma harmoniosa, principalmente se o último se sentir prejudicado pelos serviços prestados pelo primeiro ao seu animal. Nos casos mais acirrados, resulta em denúncia ética registrada no Conselho contra o profissional. A denúncia é minuciosamente avaliada e se não houver base para a instalação de processo ético, pode ser arquivada. Por outro lado, se o fato relatado objeto da denúncia e as circunstâncias em que ocorreu necessitarem ser esclarecidos, é instaurado o processo ético contra o profissional a quem são propiciadas todas as oportunidades do contraditório. Muitas vezes, a denúncia é considerada improcedente, o profissional é inocentado e o processo arquivado. Dessa forma, o Conselho está pronto para propiciar todo o respaldo necessário ao profissional, protegendo-o de uma denúncia muitas vezes inconsequente ou formulada no calor do momento por aquele que recebeu o serviço profissional. Em outros casos, após a apuração da denúncia dadas todas as oportunidades de defesa ao denunciado, conclui-se que houve realmente uma transgressão ética e nessas condições, o denunciado poderá ser apenado e receber uma punição prevista no Código de Ética do Médico Veterinário (Resolução CFMV no. 1138/ 2016).

Quando o médico- veterinário ou o zootecnista for ou sentir-se ofendido em razão do exercício profissional ou na hipótese de violação dos direitos e das prerrogativas profissionais ou ainda, quando ofendido em razão de cargo ou função nos Conselhos Federal ou Regional de Medicina Veterinária, sem nenhum questionamento ele tem o direito de requerer o desagravo público. Após a devida apuração, se considerado procedente, a parte ofendida receberá Nota de Desagravo, encaminhada também as pessoas, autoridades, entidades e órgãos relacionados.

A Ouvidoria criada tanto em nível federal quanto nas Regionais, está sempre atenta e pronta para atender as necessidades e as dúvidas dos médicos veterinários quanto a seus direitos e deveres relativos ao exercício profissional,

excetuando-se as questões trabalhistas cujo foro de discussão é o Sindicato da categoria.

E quanto ao Ensino de Medicina Veterinária a Distância?

Toda a legislação, a elaboração das diretrizes curriculares e a aprovação dos novos cursos de medicina veterinária e de zootecnia encontram-se sob a responsabilidade do Ministério da Educação, bem como a avaliação dos cursos e do alunado dos cursos de graduação. Aos Conselhos Profissionais, competem somente o registro do diploma e a concessão da identidade profissional, sem nenhum questionamento. Os cursos de medicina veterinária na modalidade à distância, extremamente prejudicial à formação de futuros profissionais, são criados pelo MEC sem nenhuma consulta ao Conselho Profissional, que sistematicamente tem procurado se opor a criação de novos cursos de Medicina Veterinária, principalmente nessa modalidade. O Conselho Nacional de Saúde, as entidades profissionais da área de Saúde, incluindo Medicina Veterinária e as diversas associações e federações de ensino tem se mobilizado para se opor à Educação a Distância (EaD) na área de Saúde procurando sensibilizar a classe política e dar um basta na nefasta criação desses cursos. O engajamento da sociedade, posicionando-se contrária ao ensino a distância, ou mesmo à criação de novos cursos de medicina veterinária, poderá resultar finalmente no freio à formação indiscriminada de médicos- veterinários, muitas vezes sem a devida qualificação para o exercício profissional.

Enfim, compete ao sistema Conselho Federal/Conselhos Regionais de Medicina Veterinária zelar pela atividade profissional do médico veterinário e pela sua conduta ética, estar atento aos avanços tecnológicos e às demandas da sociedade em relação a profissão, normatizando e regulamentando o exercício profissional em todas as áreas de atuação do médico-veterinário. Sem a existência dos órgãos fiscalizadores e reguladores da profissão, a imagem ética da categoria profissional pode ser maculada perante a opinião pública pelos maus profissionais que, ao agirem inconsequentemente desrespeitando as normas da atuação profissional, despertam na sociedade sentimentos negativos, principalmente porque lidamos com animais, tão caros a maioria das pessoas.

Referências

1. Lei 5.517, de 23 de outubro de 1968. <https://manual.cfmv.gov.br/arquivos/lei/5517.pdf>
2. Código de Ética do Médico Veterinário-Resolução 1138, de 12 de dezembro de 2016. https://crmvsp.gov.br/wp-content/uploads/2021/01/Codigo_de_etica-MV.pdf
3. Resolução CFMV 1.566, de 27 de outubro de 2023- Normatiza o pagamento de auxílio de representação no âmbito do Sistema CFMV/CRMVs. <https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-n-1.566-de-27-de-outubro-de-2023-520119874>



Cultivando a língua portuguesa

Renata Carone Sborgia

Formada em Direito e Letras, Mestra em Psicologia Social/USP

Especialista em Língua Portuguesa, Gestão Educacional, Psicopedagogia

Membro imortal da Academia de Letras do Brasil, Academia de Educação(ARE),

Membro fundadora de Academias e Núcleos Acadêmicos de Ciências, Letras e Artes no Brasil e exterior (Inglaterra., Portugal. Argentina)

Vários prêmios recebidos: Machado de Assis, Carlos Drummond de Andrade, Clarice Lispector

Livros publicados nas áreas da Língua Portuguesa. Literatura, Educação e Saúde

Docente, Escritora. Pesquisadora e consultora de Português, Oratória, Redação, Revisão e Comunicação

Aulas: Presenciais e On-line

Celular e Whatsapp: 16 9 9791-6561

E-mail: renatasborgia@gmail.com

1. VOCÊ DISSE "CHEGO"???

Verbo no particípio: forma correta abaixo
Chego—chegado

2. DESEJOU "BEM VINDO" E NÃO OBTVE SUCESSO???

Se você desejar bem-vindo (com hífen) obterá o sucesso desejado!!!

3. O SEU LUCRO CAIU "EM" 20%???

Tenho certeza!!!
O correto: o lucro caiu 20%

4. QUE TAL UMA DICA IMPORTANTE?

Ter---ele tem---eles TÊM
Ver---ele vê---eles VEEM (sem acento)
VIR---ele vem---eles VÊM

5. COMO VOCÊ ABREVIARIA A EXPRESSÃO " ATENCIOSAMENTE"???

Assim: ATT.??? Errou!!!
O correto: AT.TE

6. SOBRE HÍFEN:

Não use hífen com vogais diferentes
Ex.: infraestrutura
Autoestima

PARA VOCÊ PENSAR:

...depende de você, amigo
decretar uma brecha na vida
para a poeira fina que encoberta o cotidiano
ser soprada...

Renata Carone Sborgia

Normas para publicação no Boletim APAMVET

01. Formato: As colaborações enviadas ao Boletim da APAMVET na forma de artigos de divulgação, relatos de casos, entrevistas e outras informações de interesse para a classe médica-veterinária devem ser elaboradas utilizando os softwares padrão IBM/PC (textos em Word). Não será aceito material em PDF pela impossibilidade de diagramação do texto.

02. Categorias: Artigos de divulgação destinam-se à apresentação de pontos de vista, análises críticas e atualizações de temas de interesse e importância para a medicina veterinária. A estrutura é livre. Entrevistas: solicitadas por convite do Conselho Editorial do Boletim com o objetivo de destacar profissionais, temas e atividades que estejam contribuindo para o desenvolvimento e aprimoramento da medicina veterinária ou dos serviços por ela prestados. A estrutura será na forma de perguntas e respostas. Relatos de caso: serão aceitos relatos que tragam uma contribuição inovadora para o exercício da medicina veterinária tratando de aspectos diversos, como etiologia, diagnóstico, terapia, prevenção e controle. A estrutura deverá contemplar introdução, descrição do caso, discussão, conclusões e referências.

03. Artigo: Os artigos de divulgação e relatos de casos deverão conter título, resumo e palavras-chave. Em artigos que relatem informações colhidas por meio da aplicação de questionários é obrigatório atestar que o termo de livre consentimento foi apresentado e aceito pelos entrevistados. Devido ao arquivamento das matérias segundo as normas da ABNT, só serão classificadas as que tiverem resumo e palavras-chave.

04. Fonte: Com a finalidade de tornar mais ágil o processo de diagramação do Boletim, solicitamos aos colaboradores que digitem seus trabalhos em caixa alta e baixa (maiúsculas e minúsculas), evitando títulos e/ou intertítulos totalmente em maiúsculas. O tipo da fonte pode ser Times New Roman, ou similar, de tamanho corpo 12.

05. Laudas: Os gráficos, figuras e ilustrações devem fazer parte do corpo do texto e o tamanho total do trabalho deve ficar entre 3 e 4 laudas (aproximadamente três páginas em fonte Times New Roman 12, com espaço duplo e margens 2,5 cm).

06. Imagens: Para a garantia da qualidade da impressão, é indispensável o envio, em separado, das fotografias e originais das ilustrações a traço em alta definição (no mínimo 90 dpi), em formato jpg. Imagens digitalizadas deverão ser enviadas mantendo a resolução dos arquivos em, no mínimo, 300 pontos por polegada (300 dpi).

07. Informações do(s) Autor(es): Os artigos devem conter a especificação completa das instâncias às quais estão afiliados cada um dos autores. Cada instância é identificada por nomes de até três níveis hierárquicos institucionais ou programáticos e pela cidade, estado e país em que está localizada. Quando um autor é afiliado a mais de uma instituição, cada afiliação deve ser identificada separadamente. Quando dois ou mais autores estão afiliados à mesma instituição, a identificação é feita uma única vez. Recomenda-se que as unidades hierárquicas sejam apresentadas em ordem decrescente, por exemplo: universidade, faculdade e departamento. Os nomes das instituições e programas deverão ser apresentados, preferencialmente, por extenso. Não incluir titulações ou minicurrículos. O primeiro autor deverá fornecer o seu endereço completo (rua, nº, bairro, CEP, cidade, estado, país, telefone e e-mail), sendo que este último será o canal oficial para correspondência entre autores e leitores.

08. Referências: As referências bibliográficas devem obedecer às normas técnicas da ABNT-NBR-6023 e as citações conforme às da NBR 10520, descrevendo sistema, número e índice.

09. E-mail para envio: Os trabalhos deverão ser encaminhados exclusivamente on-line para: adeveley@terra.com.br ou Silvio Arruda Vasconcellos

10. Processo de admissão e andamento: O processo inicia-se com a submissão voluntária de pedido de avaliação por parte do(s) autor(es), por meio do envio do arquivo em formato .doc, .docx, e das imagens referentes por e-mail. O autor receberá uma mensagem de confirmação de recebimento no prazo de dez dias úteis. Caso isso não ocorra, deverá entrar em contato com o editor (atualmente: adveley@terra.com.br) ou com o diretor do Boletim (savasco@usp.br). O material enviado seguirá as seguintes etapas de avaliação: pré-avaliação do trabalho pelo editor do periódico, envio para o Corpo Editorial da Revista e devolução do artigo aos autores com as considerações dos revisores (caso haja). Se aprovado, será enviado ao primeiro autor a declaração de aceite, via e-mail. Os artigos serão publicados conforme ordem cronológica de chegada à Redação. Os autores serão comunicados sobre eventuais sugestões e recomendações oferecidas pelos revisores. Se os autores precisarem apresentar uma nova versão do artigo, conforme as orientações dos revisores, o processo de admissão e revisão será reiniciado.

11. Direitos: As matérias enviadas para publicação não serão retribuídas financeiramente e os autores detêm a posse dos direitos autorais referentes às mesmas. Parte ou resumo das pesquisas publicadas neste Boletim, enviadas a outros periódicos, deverão assinalar obrigatoriamente a fonte original.

Quaisquer dúvidas deverão ser imediatamente comunicadas à redação pelo site <http://publicacoes.apamvet.com.br/> ou enviadas para o e-mail: contato@apamvet.com.br.

O Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo homenageia o conselheiro Prof. Dr. Silvio Arruda Vasconcellos

CRMV-SP homenageia o Prof. Dr. Sílvio Arruda Vasconcellos pelos seus 17 anos de dedicação ao Conselho e à Sociedade. Foi conselheiro efetivo e secretário do CRMV SP em várias gestões. É presidente da Comissão Editorial e responsável pelas publicações da autarquia. Reformulou e desenvolveu a Revista de Educação Continuada; ele comenta “este periódico visa oferecer atualização constante aos profissionais que atuam no campo, clínicas, consultórios, hospitais e nos serviços oficiais das esferas federal, estaduais e municipais. É um veículo que abre espaço para que médicos-veterinários e zootecnistas relatem suas experiências. “

Foi professor titular da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade de São Paulo por 35 anos e é editor chefe da Revista indexada Brazilian Journal of Veterinary Research and Animal Science.

Prof. Sílvio é um dos mais reconhecidos veterinários na área de vigilância epidemiológica do Estado de São Paulo.

A Academia Paulista de Medicina Veterinária se junta ao Conselho nesta merecida homenagem ao seu membro efetivo que ocupa a cadeira de nº 28. É editor chefe da Apamvet que publica um Boletim quadrimestral.

Além desta ampla bagagem profissional, Prof. Sílvio tem grande talento musical, brindando por vezes, seus amigos e colegas com apresentações de voz e violão.

Professor, receba os parabéns dos Acadêmicos da Apamvet!



Confira a homenagem aqui

